INVENTÁRIO DA REALIDADE

Um Guia para as Escolas da Terra Indígena Rio das Cobras

ORGANIZAÇÃO
Ana Cristina Hamel
Anelize de Souza Muller Campos
Marcos Gehrke

apprehendere
editora

Ana Cristina Hammel
Anelize de Souza Muller Campos
Denilta Niróg Tavares
Danusa Korig Bernardo
Diomara Rénhrá
Elizandra Fygsãnh Freitas
Ilda de Souza
Marcos Gehrke
Neoli Kafy Olibio
Viviane Kellen Vygte Barão
Vanessa Fidencio y Fidêncio
Organização

Inventário da realidade: um guia para as Escolas da terra indígena Rio das Cobras

Guarapuava
Apprehendere
2023

Organizadores
Ana Cristina Hammel
Anelize de Souza Muller Campos
Denilta Niróg Tavares
Danusa Korig Bernardo
Diomara Rénhrá
Elizandra Fygsãnh Freitas
Ilda de Souza
Marcos Gehrke
Neoli Kafy Olibio
Viviane Kellen Vygte Barão
Vanessa Fidencio y Fidêncio

Inventário da realidade: um guia para as Escolas da terra indígena Rio das Cobras / organizado por Ana Cristina Hammel, Anelize de Souza Muller Campos, Denilta Niróg Tavares, Danusa Korig Bernardo, Diomara Rénhrá, Elizandra Fygsãnh Freitas, Ilda de Souza, Marcos Gehrke, Neoli Kafy Olibio, Viviane Kellen Vygte Barão, Vanessa Fidencio y Fidêncio. – Guarapuava: Apprehendere, 2023.

90 p.; pdf 2,41 mb: e-book.

Bibliografia
ISBN 978-65-88217-85-6

1. Educação Indígena. 2. Inventário - Realidade. 3. Guia para as escolas. I. Ana Cristina Hammel. II. Anelize de Souza Muller Campos. III. Denilta Niróg Tavares. IV. Danusa Korig Bernardo. V. Diomara Rénhrá. VI. Elizandra Fygsãnh Freitas. VIII. Ilda de Souza. IX. Marcos Gehrke. X. Neoli Kafy Olibio. XI. Viviane Kellen Vygte Barão.XII Vanessa Fidencio y Fidêncio.

Diagramação: Luciano Ortiz
Editores: Isis Lenoah Ortiz e Luciano Ortiz

2023
APPREHENDERE
(42) 3304-0263
Av. Manoel Ribas, 2028
Sala 01 - Centro - Guarapuava - PR
www.apprehendereeditora.com
Todos os direitos reservados

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....5
Carta aos leitores e leitoras!.....7
Quadro das porções.....11
PARTE 1. ORGANIZAÇÃO POLÍTICA E SOCIAL DA TERRA INDÍGENA RIO DAS COBRAS.....11
1. 1 Constituição Histórica da Terra.....11
1.2 Demarcações de terras Indígena.....12
1.3 Localização da Terra Indígena Rio das Cobras.....13
1.4 Aldeias do território Rio das Cobras.....15
1.4.1 Aldeia Lebre - TEKOA TAPIXI.....16
1.4.2 Aldeia Pinhal.....17
1.4.3 Água Santa.....19
1.4.4 Aldeia Campo do Dia ou Caranguejo - JÓGÉ MĒ.....19
1.4.5 Taquara.....20
1.4.6 Encruzilhada.....20
1.4.7 Trevo, Vila Nova e Missão.....21
1.4.8 Sede.....22
1.4.9 Jacutinga.....25
1.5 População indígena de Rio das Cobras.....26
1.5.1 Indígenas Kaingang.....26
1.5.2 Estrutura da organização política Kaingang.....28
1.5.3 Indígenas guaranis.....31
1.5.4 Estrutura da Organização Política Guarani.....31
1.6 Associações na Terra Indigena Rio das Cobras.....33
1.7 Movimento na Indígena da Terra Indígena Rio das Cobras: Construção do Coletivo Da Juventude Indígena Goj Ki Pyn.....33

PARTE 2. RELAÇÕES COM O ENTORNO: ASPECTOS DA NATUREZA E DA PRODUÇÃO.....39
2.1 Rios, Cachoeiras, tanques, banhados e açudes.....39
2.2 Recanto do Bosque.....41
2.3 Trilhas.....41
2.4 Fontes de água natural.....41
2.5 Agricultura Guarani.....42
2.6 Agricultura Kaingang.....43
2.7 Caça.....45
2.8 Pesca.....45

PARTE 3. RELAÇÃO COM O MUNDO DA CULTURA....47
3.1 Kujá (Curandeiros Kaingang)....47
3.2 Xamõi e Xaryi (Curandeiros e Curandeiras Guarani)....48
3.3 Futebol....49
3.4 Clubes das comunidades....50
3.5 Alto-falantes (rádio comunitária)....51
3.6 Igrejas....51
3.7 Opy (Casa cerimônial religiosa Guarani)....52
3.8 Cantos e Danças Kaingang....53
3.9 Cantos e Danças Guarani....54
3.10 Artesanato Kaingang....55
3.11 Artesanato Guarani....57
3.12 A Morte, os Rituais e o Cemitério Kaingang....58
3.13 Semana Cultural....59
3.14 Jogos e Brincadeiras na Terra Indígena Rio das Cobras....60
3.15 RITUAIS....62
3.16 Calendário....64
3.17 Moradias....65
3.18 Alimentação....67

PARTE 4. PROBLEMAS SOCIAIS....73
4.1 Desmatamento, lavouras e arrendamento....73
4.2 Coleta seletiva de lixo....75
4.3 Alcoolismo....75
4.4 Saúde Indígena....77
4.5 Casamentos, Criação de Filhos e a gravidez na adolescência....79

PARTE 5. RELAÇÕES COM A EDUCAÇÃO TRADICIONAL E ESCOLAR....81
5.1 Educação Escolar Indígena....81
5.2 Abandono Escolar....84
5.3 A relação entre a escola e a preservação das Línguas maternas....84
Referências....86

APRESENTAÇÃO

Durante o ano de 2018, a Universidade Federal da Fronteira Sul, a Universidade Estadual do Centro-Oeste e a Universidade Federal do Paraná, desenvolveram em parceria com a Terra Indígna Rio das Cobras, o Programa de Formação de Professores Escola da Terra, financiado pelo Ministério da Educação tendo como parceria a Secretaria de Estado da Educação e do Esporte do Paraná.

Os estudos envolveram atividades na escola da aldeia, chamado de Tempo Universidade, e momentos de práticas pedagógicas dos participantes em suas escolas, o Tempo Comunidade, totalizando 200h de formação.

O trabalho de formação envolveu conteúdos como a pesquisa da realidade, desde a realização do inventário diagnóstico; estudo sobre as concepções de escola indígena, a escola diferenciada, intercultural e bilíngue; estudos sobre desenvolvimento humano e aprendizagem e as relações com a prática educativa na escola; oficinas de leitura e escrita; alfabetização bilíngue; práticas pedagógicas da Educação Infantil; estudo por área do conhecimento nos anos finais do Ensino Fundamental e o Ensino Médio; fundamentos e práticas de planejamento escolar a partir do inventário; estudos sobre cooperação e agroecologia na escola.

Neste material, queremos socializar parte da produção desenvolvida durante o programa, o Guia Metodológico para as Escolas Indígenas da Terra Indígena Rio das Cobras.

Metodologicamente, iniciamos trabalhando com o coletivo de professoras e professores indígenas e não-indígenas sobre os fundamentos da pesquisa da realidade e o planejamento de ensino. Na sequência realizamos a construção de um grande painel de levantamento da realidade desde quatro grandes eixos: Organização Política da Terra Indígena Rio das Cobras; relações com o mundo da natureza; Tradições culturais indígenas; Problemas Sociais.

Esse painel, composto de porções da realidade, ou seja, dimensões importantes do meio que tem potencial para serem estudados na escola, articulando os saberes indígenas e sua relação com o currículo escolar, se tornou uma síntese do estudo. Na sequência da formação, em grupos por aldeias, cada porção foi descrita em forma de texto com algumas imagens, para compor um documento-fonte de pesquisa para os professores no ato de planejar o ensino na escola indígena.

A descrição foi desenvolvida por muitas mãos, logo, consta de muitos estilos e

formas distintas de escrita, mas todas as vozes expressam a seu modo, a realidade local. O texto passou por revisões e correções de professoras e professores indígenas, e ainda mantém com hegemonia a língua portuguesa, mas traz um conjunto de escritos na língua guarani e kaingang. Esse aspecto se deve a necessidade do material ser estudado por professores indígenas e não-indígenas, logo o português prevalece, mas fica o desafio de ampliar a crescer a escrita nas línguas indígenas para o avanço da escola bilíngue ou multilíngue.

O caderno, escrito pelos professores e professoras indígenas, apresenta o inventário da realidade de Rio das Cobras, reconhece ausências, a falta de mais informações, complementos de dados, maior descrição, entre outros. Mas reconhece ser uma boa sistematização e tem potencial pedagógico de uso no planejamento escolar e sua contribuição na efetivação da escola indígena diferenciada, intercultural e bilíngue como orienta a legislação conquistada pelos povos indígenas para sua educação escolar.

Boa leitura crítica, e que outros e outras se animem para escrever mais!

Carta aos leitores e leitoras!

Nós professoras e professores indígenas queremos ser protagonistas no trabalho pedagógico da Escola Indígena.

Para isso, a universidade pública tem o compromisso de fazer a formação inicial e continuada com qualidade. O Estado tem o papel de cumprir o disposto na legislação. Os professores não-indígenas contribuem com a nossa educação escolar e desafiam-se a aprender a língua e a cultura indígena, para qualificar o ensino e a aprendizagem. As lideranças indígenas e a comunidade participam ativamente dos rumos da escola. As professoras e professores indígenas, assumiram o compromisso com o estudo, apropriar-se da língua indígena e cada vez mais produzir seu material didático intercultural e bilíngue.

Vamos todos e todas, construir a Escola Indígena! Ela precisa ser a escola 'do' povo indígena e não 'para' o povo indígena!

Leia! Reescreva! Ensine!

Essa é a escola Indígena!

Os organizadores e organizadoras!

CARTA AO LEITOR EM LÍNGUA INDÍGENA

TO KENH KE MŨ FAG KAR AG MỸ KE VẼ

Ẽg tỹ tỹ vẽnh kanhrãnrãn tĩ tỹ kanhgág tag tóg vẽnh rãnhrãj há ven sór mũ escola kã ki.

Kỹ sir universidade ag tóg ẽg kanhrãnrãn mág mãn ke nỹtĩ. Kỹ Estado tóg ẽg mré legislação kã nĩ tag han ke nĩ. Fóg ũ ag tóg ẽg mré Educação Escolar Indígena to tar he tĩ ẽg vĩ ki ag tóg kanhrãn sór tĩ kar ẽg jygre sĩ ki, ag tỹ ẽg kanhrãnrãn ke tỹ hahan tĩ jé. Ẽg pã'i mãg ag mré ẽg comunidade ag tóg escola to tar he tĩ. Vẽnh kanhrãnrãn tĩ tỹ kanhgág ag tóg vẽnhrá to tar he tĩ, kar kỹ ag vĩ to ag tỹ material didático intercultural tỹ vẽnh vĩ régre ki ke han jé.

Mũnỹ jagnẽ mré, escola indígena han jé; Ti tỹ tỹ kanhgág ag tũ pẽ jẽ jé ti píjé tỹ fóg ag jỹkre tavĩ jẽnh ke mũ;

To kem nĩ! Rán mãn nĩ! Ag kanhrãn nĩ!

Tag hã vỹ tỹ Escola Indígena jẽ ti!

Ti han mũ tỹ ag mré fag!

Quadro das porções

Organização Política	Relações com o Mundo da Natureza	Relações com o mundo da cultura	Relações com a Educação tradicional e Escolar
❖ Território Indígena; ❖ População Guarani ❖ População Kaingang ❖ Aldeias do território Rio das Cobras: Trevo, Sede, Vila Nova, Taquara, Água Santa, Encruzilhada, Campo do Dia, Lebre, Pinhal ❖ Cacicado, lideranças; ❖ Associações indígenas; ❖ Mutirões (Pisĩrũm, Guarani); ❖ Falta de moradia; ❖ Desmatamento com Arrendamento; ❖ Alcoolismo; ❖ Alto-falantes; ❖ Representação políticas (vereadores)	❖ Rios: Rio das Cobras; Primeiro de Março, Papagaio, União, Quati e Guarani; ❖ Cachoeiras e tanques, banhados e açudes; ❖ Recantos, bosques e trilhas; ❖ Fonte de águas naturais; Poços e poço artesiano; ❖ Caça e Pesca; ❖ Roças tradicionais, lavouras; ❖ Problemas com a falta d'água nas aldeias.	❖ Kujá, Xamõi e Xaryi (Curandeiros); ❖ Futebol; ❖ Igrejas; ❖ Opy (casa cerimonial religiosa Guarani); ❖ Cantos e Danças; ❖ Artesanato: produção e venda; ❖ Mortes, rituais e cemitérios; ❖ Semana Cultural; ❖ Jogos e brincadeiras; ❖ Calendário da produção; ❖ Narrativas; ❖ Diferentes tipos de Moradias: tradicionais, política pública de moradia; ❖ Alimentação: tradicional, com base na cesta básica, convencional; ❖ Línguas maternas. ❖ Destino correto do lixo;	7 escolas públicas: Colégio Estadual Indígena Tãnhprág Fidêncio; Colégio Estadual Rural Indígena Rio das Cobras; Colégio Estadual Indígena Coronal Nestor da Silva; Colégio Estadual Indígena Fẽg Prág Fernandes; Escola Indígena Nér Nor Bonifácio; Colégio Estadual Indígena Carlos Alberto Cabreira Machado; Colégio Estadual Indígena Waldomiro Tupã P. de Lima. ❖ Programa Escola da Terra; ❖ Programa Saberes Indígenas na Escola; ❖ Gravidez na adolescência; ❖ Abandono escolar;

PARTE 1. ORGANIZAÇÃO POLÍTICA E SOCIAL DA TERRA INDÍGENA RIO DAS COBRAS

1. 1 Constituição Histórica da Terra

O povo kaigang e Guarani viviam por essas terras a milhares de anos e se caracterizavam pelo seu nomadismo, ou seja, migravam dentro de toda a área. Tradicionalmente esses povos são diferentes não apenas em sua cultura, mas também na disputa pelo território. Muitos locais conhecidos na região foram denominados pelos kaingangs, alguns deles são: *Koran-bang-rê* (campos de Guarapuava); *Kreie-bang-rê* (campos de Palmas); (Campo Erê - sudoeste); *Payquerê* (campos entre os rios Ivaí e Piquiri, hoje nos município de Campo Mourão, *Mamborê*, *Ubiratãe* outros adjacentes); *Minkriniarê* (campos de Chagu, oeste de Guarapuava, no município de Laranjeiras do Sul); campos do *Inhoó* (em São Jerônimo da Serra) (PARANÁ, 2020).

Em relação aos guaranis, sabe da presença deles nessas terras desde tempos muito antigos, mas concentrados em maior número na região Oeste do Estado. Com a

criação da Terra Indígena Rio das Cobras para abrigar o povo Kaigang, são levados para lá também o povo Guarani Mybá que habitavam as margens do rio Iguaçu.

Segundo entrevista com Neoli Kafy Olíbio, morador da Aldeia Taquara:

> A cultura precisa ser registrada para ficar na história, não que ela irá perdurar, relata ainda que não existe o resgate da cultura, mas sim reavivá-la e viver os costumes, pois o regaste, de acordo com ele, é um retrocesso, se for resgatar abre mão do direito civil brasileiro, pois nem um indígena quer voltar a ser tutelado, querem a sua liberdade. Deixa claro que o índio não deixará de ser índio por praticar as coisas externas (conta no banco, financiamento, etc.).

1.2 **Demarcações de terras Indígena**

Em 1949/1950 é criado o Posto Indígena Rio das Cobras junto com Mangueirinha e Marrecas. Esses territórios reservados aos índios no Paraná, no começo do século XX, passaram por uma nova etapa de expropriação de terras, motivados pela vinda de colonos atraídos pela exploração da madeira com vasta presença nas áreas ocupadas pelos indígenas (NOVAK, 2014).

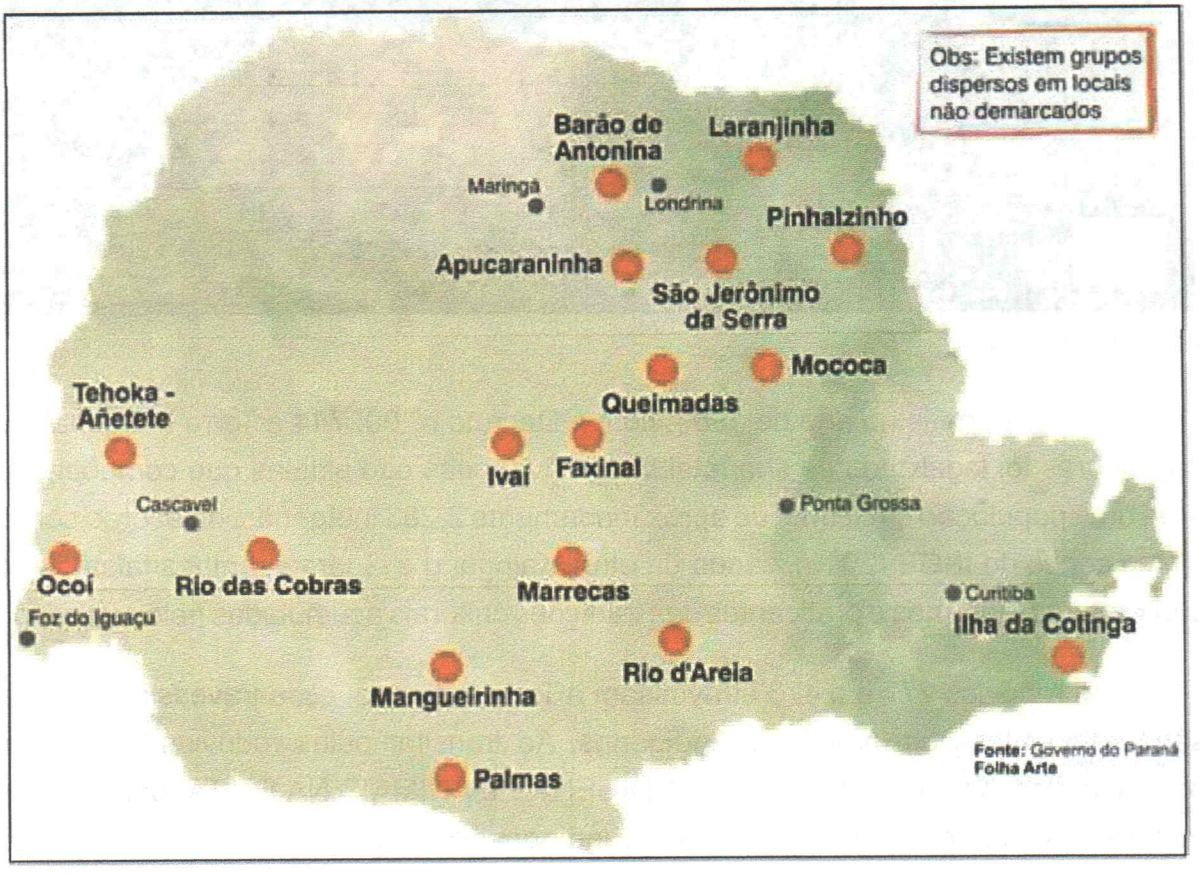
Elizandra Freitas conta sobre o processo de luta pelo território e da Guerra contra os colonos. Segundo ela, em 1975, com o avanço de posseiros sobre seus territórios tradicionais, muitos indígenas começaram a se preocupar com a retirada de suas terras e quando se deram conta da situação, os indígenas reuniram um grande grupo de homens para expulsar os posseiros que estavam em suas terras como invasores. Houve um grande conflito entre posseiros e os indígenas, e a resistência indígena levaram à demarcação da Terra Indígena Rio das Cobras. Num processo de difíceis lutas, os indígenas tiveram que se reunir para decidir quem iria tomar frente nas lutas pelo seu território (FREITAS, 2017). Essa organização fez com que surgisse o cacique que representaria os indígenas junto ao Estado.

Outros relatos de moradores mais antigos demarcam a presença do cacique Ângelo Cretã nessa grande guerra, contam que a partir de 1977 houve a expulsão dos não índios que residiam na Terra Indígena. Essa expulsão foi comandada no início pelo índio Ângelo Cretã da Aldeia Mangueirinha e depois com a colaboração do exército liderado pelo Coronel Nestor da Silva foram retiradas quinhentas famílias das Terras Indígenas pela força do exército de Francisco Beltrão e os indígenas colheram suas roças "as meia", autorizados pelo coronel Nestor.

Essa luta foi considerada uma grande conquista para a população Kaingang e Guarani, principalmente por ter sido fruto de uma batalha coletiva do grupo. O fato de todos terem batalhado juntos mostra marcas de uma sociedade do tipo igualitária, onde o tipo de poder exercido pode ser considerado não-coercitivo, baseado na socialização,

sem nenhum poder acumulado de forma individual. Essa forma de organização é culturalmente lembrada pelo povo Kaingang principalmente por aqueles que têm idade mais avançada que tinham presenciado essas batalhas pela demarcação, como descreve Elizandra Freitas (2017).

Figura 1. Mapa das demarcações das Terras Indígenas no Paraná



Fonte: FL - Folha de Londrina, maio de 2019.

1.3 **Localização da Terra Indígena Rio das Cobras**

A terra indígena data de meados dos anos de 1949 quando foi criado o Posto Indígena e reunidos indígenas da etnia Kaingang que viviam nessas terras e, mais tarde,os Guaranis que viviam às margens do rio Iguaçu também foram ali acomodados. A área é composta por 18.682 hectares de terra (IBGE, 2010) e é considerada a maior em extensão e população do estado do Paraná. Está localizada na mesorregião Centro-Sul, nos municípios de Nova Laranjeiras e Espigão Alto do Iguaçu. Confronta, em sua divisa, ao Sul com os Rios Primeiro de Março, Rio Papagaio e Rio União. Ao Oeste Rio Quati e Rio Guarani. Ao Norte, BR 277 e ao Leste, Rio Primeiro de Março e BR 277. Os primeiros vestígios de aldeamentos datam de 1905 com o governo do Paraná e as políticas nacionais indigenistas. (PPP, 2011).

Figura 2: Mapa da Terra Indígena Rio das Cobras, Nova Laranjeiras,2014.

Fonte: Google maps.

Apenas no ano de 1984, com o Decreto nº 90. 744 a Terra Indígena Rio das Cobras foi legalizada na sua totalidade. Vivem nas oito aldeias que compõem as área uma população crescente de aproximadamente 2.263 indígenas, de acordo com o último censo do IBGE (2010), sendo da etnia Kaingang e Guarani, ambas falantes de suas línguas maternas e praticantes das tradições culturais acumuladas pelo seu povo.

As rodovias 277 e a 473 atravessam a Terra indígena, essa travessia ocasiona sérios acidentes com mortes de indígenas. Ao transitar pelas rodovias é possível observar placas com os indicativos: INDÍGENAS e ANIMAIS NA PISTA, para que os motoristas estejam atentos porque muitos indígenas transitam pelas rodovias para ir e vir de uma e outra aldeia, na maioria das vezes a pé.

Figura 3: Placa na 277 indicando o aldeamento indígena, Nova Laranjeiras, 2021.

Historicamente os indígenas requerem que seja construída passarelas e espaços às margens das rodovias para que sejam evitados os acidentes. Além das mortes registradas por atropelamento, outro conflito latente são os saques de cargas

após tombamentos de caminhões, os quais a mídia local atribui a responsabilidade sobre os indígenas, desconsiderando fatores como o próprio interesse de seguradoras e o envolvimento de não indígenas nos saques.

Dentro da Terra Indígena há lei contra o furto de cargas, sendo que quando identificados os participantes são punidos, tendo que cumprir penas na cadeia, dentre outras restrições estabelecidas nas regras internas.

Ao longo dos anos foram se constituindo regras que versam sobre vários aspectos da vida na comunidade, buscando preservar os costumes e a cultura do povo que normatizam o comportamento em relação a convivência interna e fora das aldeias.

Além das regras gerais, cada aldeia possui uma estrutura organizativa, com uma história local e lideranças que asseguram as normativas para manutenção da língua, da cultura e da tradição dos povos no território. Na sequência adentramos na história de cada aldeia contada pelos moradores locais.

1.4 **Aldeias do território Rio das Cobras**

As oito aldeias que compõem a Terra Indígena Rio das Cobras são: Aldeia Pinhal (Município de Espigão Alto do Iguaçu), Aldeia Trevo, Aldeia Vila Nova, Aldeia Sede, Aldeia Taquara, Aldeia Lebre, Aldeia Encruzilhada e Aldeia Campo do Dia (Município de Nova Laranjeiras). Ainda podemos destacar as aldeias que se formaram durante a construção desse material, essas estão ainda muito próximos de suas aldeias originais, portanto decidiu-se por não escrever individualmente sobre cada uma, pois não teria tempo hábil de investigar e entrevistar as famílias para trazer elementos específicos de cada uma dessas novas aldeias, mas não poderíamos deixar de citá-las, sendo aldeia Monjolinho da etnia guarani que pertencia a aldeia Lebre, a aldeia Tamanduá da etnia Kaingang que se dividiu da aldeia Taquara, aldeia Vila Paulista da etnia Kaingang que se dividiu da aldeia Trevo e ainda a aldeia Vila Batista da etnia Kaingang e que também pertencia a aldeia Trevo.

O quadro que segue apresenta a aldeia, sua respectiva etnia e a população.

Quadro 1. Relação de aldeias, sua etnia e população, 2021.

Aldeia	Etnia	População
Trevo	Kaingang	660
Vila Nova	Kaingang	156
Sede	Kaingang	772
Taquara	Kaingang	166
Água Santa	Kaingang	85

Campo do Dia	Kaingang	315
Encruzilhada	Kaingang	234
Lebre	Guarani	250
Pinhal	Guarani	120

Fonte: Os autores, 2021.

Passamos agora a uma breve história de cada aldeia a partir de seus moradores:

1.4.1 Aldeia Lebre- TEKOA TAPIXI

Figura 04- Fotografia da aldeia do Lebre, tirada de um lugar mais alto.

Fonte: Facebook do indigena Pelizétty.

A comunidade começou nos anos de 1960, com senhor Karai Tataendy - Artur Verissimo, veio da localidade de Yaka Reta - Mato Queimado, atualmente município de Espigão Alto do Iguaçu. Inicialmente veio com a família e tratou com as lideranças da Sede para ficar morando onde situava-se o Rio da Lebre. Atualmente moram na comunidade cerca de 80 famílias, em torno de 250 pessoas, que tem como principal fonte de renda as roças, a agrofloresta comunitária e uma agroindústria, para produção de doces e geleias a partir da colheita dos produtos da agrofloresta. Também são produzidos artesanatos como fonte de renda. Nos últimos anos outra fonte importante é o arrendamento de terras que é mantido por uma associação que ajuda a movimentar outros projetos, como a criação de abelhas com e sem ferrão, hortas comunitárias e hortas das famílias. O arrendamento é feito a não indígenas que plantam commodities como soja e trigo. Para esse plantio é usado maquinário agrícola de alta tecnologia, sementes transgênicas e agrotóxicos, que acabam tendo implicações na vida e nas roças dos indígenas.

Em relação à religião, algumas famílias frequentam a igreja que fica ao lado da comunidade, e internamente existe uma casa cerimonial religiosa do guarani - uma opy. A comunidade conta com dois xamoi, responsáveis pelo bem viver da comunidade, sendo o senhor Karai Tataendy - Júlio Veríssimo e o senhor Karai – Marcolino Veríssimo.

A organização da comunidade segue as lideranças, xondaro ruvixa, políticas que é formada pelos conselheiros e seguranças e também pelos Xamoi (masculino) e Xari(femininas) lideranças religiosas.

Em relação a alimentação, utiliza-se de produção local, industrializados e caça de tateto, veado, tatu, ouriço, pássaros maiores como jacu e também a pesca.

Quanto às atividades festivas comemora-se, o aniversário da comunidade no dia seis de julho, às festividades no mês de abril e o ano novo no mês de agosto.

A comunidade possui uma escola que funciona da pré-escola até o Ensino Médio e também turmas de Educação de Jovens e Adultos.

Figura 5: Construção da Agroindústria da comunidade.

Fonte: Pagina Facebook ONG Outro Olhar.

1.4.2 Aldeia Pinhal

A comunidade Pinhal foi a primeira comunidade Guarani a se instalar na Terra Indígena Rio das Cobras, as famílias vieram da localidade Yaka Reta - Mato Queimado, atualmente município de Espigão Alto do Iguaçu, conhecida também como Nakanetá, por estar instalado na cabeceira do rio Nakanetá.´Então realmente foi onde o povo Guarani se instalou pela primeira vez e de lá então vieram para o Pinhal devido a uma epidemia na época que atingiu o povo, com doenças como o sarampo e doenças endêmicas. Os mais velhos ainda hoje lembram esse fato, pois a doença matou muita gente, então o povo veio migrando para a aldeia Pinhal. Ao mesmo tempo que o povo

Ao mesmo tempo que o povo kaingang estava se instalando no município de Nova Laranjeiras. O povo vivia de plantio, das lavouras, até hoje é cultivado o milho, a mandioca, batata-doce, entre outros produtos para o sustento das famílias guaranis.

Desde de 2007 existe uma escola, foi uma conquista das lideranças e da comunidade, oferta-se desde o ensino desde os anos iniciais até as séries finais. O acesso à universidade é muito difícil, pois a aldeia fica longe da BR e não tem condições de transporte. Futuramente tem-se o objetivo de conseguir parcerias com os municípios ou do estado para ter um transporte para que os alunos possam fazer curso superior e se aperfeiçoar e contribuir com a escola e a aldeia.

1.4.3 Água Santa

Natalício Rapi Pepa Verissimo relata que a Tekoha (Aldeia) Água Santa está localizada aproximadamente 15 a 18 km, de Nova Laranjeiras próximo a aldeia Sede de Rio das Cobras, na BR. 743 na rota de Nova Laranjeiras a Quedas do Iguaçu.

Tekoha Água Santa possui lindas matas verdes. A 40 anos atrás a comunidade tinha hábitos em realizar mutirões para limpeza da Aldeia, cuidar das águas, das plantas, essa era rotina na época. Quando se aproximava o verão se preparavam para o ritual que essa época era um tempo sagrado em todas as Aldeias. Os anciões saiam com seus aprendizes, em busca de mel, enquanto as anciãs trabalham para o preparo dos bolos feito com milho nativos, junto às jovens adolescentes.

Natalício relatou também que ao passar do tempo as famílias foram deixando a aldeia por falta de espaço para o plantio tradicional, pois os maquinários passaram a destocar a terra e plantar lavouras. Assim, destruindo as nascentes, os canais de rios, derrubando as grandes árvores que concentram água nas nascentes e nos poços. Tudo se modificou e onde era lar de convivência em abundância, era possível desfrutar de frutas nativas como araticum, gabirova, amora e outras frutas. Hoje o lugar se tornou deserto e assim hoje não há mais vida na aldeia, tudo que vê é lavouras e lavouras para todo o canto. Aquele lugar sagrado se tornou lugar de gados beberem água.

Essa aldeia inicialmente era formada pela etnia guarani, mas com o passar do tempo os guaranis foram migrando para aldeia Lebre e atualmente a aldeia Água Santa é formada essencialmente indígenas da etnia Kaigang.

1.4.4 Aldeia Campo do Dia ou Caranguejo - JÓGÉ MĒ

Aldeia do Campo do Dia ou Caranguejo foi uma das primeiras aldeias a se formar nesse lugar, tem esse nome porque segundo contam os mais antigos no rio que

passava por essa aldeia tinha *muitos caranguejos*[1].

Essa aldeia teve uma história marcante, pois ali passava uma estrada onde ocorreu um grave acidente com várias vítimas, pessoas mais velhas, crianças, homens e mulheres. Depois desse acidente essa estrada foi mudada onde é hoje a aldeia Campo do Dia. Infelizmente não tem nem um registro de fotos desse lugar.

A aldeia Campo do Dia foi reconhecida pelo governo apenas em 2008, porém os indígenas mais antigos residem nesse local desde 1954. Na época o cacique Joaquim Feg Prag Fernandes um lutador que deixou seu legado na comunidade, por conta disso a escola da aldeia foi denominada em homenagem ao cacique, como forma de permanência do velho cacique que conseguiu através da força e luta o reconhecimento de sua aldeia e seu povo.

Segundo os moradores que vivem na aldeia é bom morar ali porque mesmo distante das outras aldeias, o lugar é tranquilo e aconchegante, sem barulhos dos carros e outros. Isso vigora sobretudo, entre os mais velhos, que estão acostumados a viver nesse local. A aldeia fica distante da aldeia Sede e do asfalto, o que permite uma certa segurança e, é menos preocupante para as famílias que residem.

Dentre as dificuldades que a comunidade encontra é a garantia de seus direitos, ou seja, sua autonomia dentro do seu território. Para a maioria dos que moram na aldeia, o medo é que daqui uns dias o retrocesso que o governo impôs nas áreas indígenas possa gerar conflitos e mortes como já foi no passado.

Para a população kaingang da aldeia Campo do Dia, morar na comunidade é como algo sagrado, morar é estar espiritualmente ligado à diversidade (território, lugar). A aldeia tem seus costumes, modos de organização e alguns dos mais velhos ainda praticam os costume, como por exemplo: Reza antiga quando morre algum parente indígena, através desse ritual dizem que é para que o espírito possa descansar em paz. A reza nas festas para agradecer o nosso Topẽ (Deus). Os mais velhos mantêm a tradição de contar as histórias para os netos, alimentar-se das comidas típicas e uso da língua materna.

[1] Em algumas regiões paranaenses, existem os chamados caranguejos de água doce.

Figura 6: Vista da Comunidade com destaque para igreja e escola.

Fonte: Acervo da Escola Campo do Dia. Dez/2021

1.4.5 Taquara

Segundo relatos do seu João Atanásio morador da aldeia Taquara, no ano de 2004 em um curso ofertado pela FUNAI (Fundação Nacional do Índio) todos os membros das aldeias elaboraram um documento das fundações das aldeias, na elaboração desse documento seu João entrevistou um dos anciões, o seu João Maria Capanema onde ele conta que a aldeia Taquara tem sua fundação em meados de setembro 1931 e que com isso de acordo com seu João Atanásio a aldeia Taquara tem 91 anos de resistência.

Assim, de acordo com o entrevistado, a aldeia foi fundada pelo José Nér Nor Bonifácio, sendo o primeiro cacique ou major da aldeia Taquara. No início desta fundação haviam apenas sete famílias, famílias estas todos parentes de José Nér Nor.

1.4.6 Encruzilhada

Conforme a entrevistada Cesária Bernardo e seu filho Vidal, os indígenas viviam migrando entre as localidades da Terra Indígena Rio das Cobras, de acordo com os entrevistados por volta de 1965 três famílias que viviam na aldeia campo do dia e aldeia jacutinga migraram para a localidade que hoje é a aldeia encruzilhada. Estes sendo das famílias dos senhores: Zacarias, Mendes e Paulo. O principal motivo dessa migração, foi o fato do funcionamento da primeira escola na aldeia Sede, que ficava mais próximo.

Sendo que outras famílias também, vieram para esse local, pelo mesmo motivo. Com a chegada de mais pessoas, foi se formando a aldeia que passou a ser chamada pelos moradores de Encruzilhada. Que a princípio não tinha uma liderança própria, que é uma organização mais atual, e anteriormente todas as aldeias eram regidas por um cacique geral.

1.4.7 Trevo, Vila Nova e Missão

A entrevistada dona Anair Garigtanh Capanema de Souza, com 98 anos, nos relata que o primeiro filho dela nasceu na aldeia Sede que se cruzava com a aldeia Encruzilhada que tinha apenas o nome em kaingang que era Sérensé.

De acordo com a entrevistada os cinco primeiros filhos dela foram da aldeia Sérensé, porém a família resolveu mudar de lugar e com passar do tempo formaram a aldeia Trevo, ao mesmo tempo que houve essa mudança existia a BR 277 que de alguma forma passava uma certa curiosidade nesses novos moradores da Aldeia Trevo que gostariam de ver o sobe e desce dos carros que passavam no asfalto.

A BR 277 tinha sido criada no ano de 1969 que é a rodovia transversal federal do Brasil, com extensão de 732 km. Da aldeia Trevo se mudaram para a aldeia Missão devido às doenças existentes. Como na missão existia Posto de Saúde algumas famílias resolveram morar nesse espaço e assim se formou a comunidade da Missão.

De acordo com as informações coletadas na Aldeia Missão pela moradora desse local Lurdes Kisynh Pedro, nos trouxe informações mais clara, no entanto a aldeia Missão a maior parte dela não pertencia aos indígenas e sim foi comprada pelos alemães que tinham o papel de cuidar dos enfermos e até ensinar os indígenas sobre a bíblia que mais tarde tinha sido traduzida juntamente com a Úrsula Gojtéj um nome recebido dos próprios moradores da Terra Indígena Rio das Cobras, a mesma era uma das integrantes do Institut Of Linguist a (SIL) além disso os indígenas começaram a adorar Deus (Tope) na língua kaingang.

Assim fomos compreendendo que a maior parte daquele lugar pertencia aos alemães que aos poucos foram construindo um hospital que os indígenas chamavam de ambulatório ali as mulheres davam luz aos seus bebês, faziam consultas quando ficavam doentes assim por estes os homens acompanhavam as suas mulheres na espera de os seus filhos melhorarem das doenças, a maioria dos maridos dessas mulheres que ficavam internadas desenvolviam um trabalhavam nos engenhos que também tinham sido construídas pelos alemães entre os mais conhecidos que receberam um nome indígena é o Valter Fár e sua esposa conhecida como Kitóg a

entrevistada não soube o nome em português devido os mesmos sempre serem chamados pelos nomes indígenas, seguindo com a descrição dos engenhos os homens indígenas trabalhavam para fazerem melado e açúcar.

Depois que os alemães foram embora tinham deixado essa terra para os moradores da Missão, pois queriam que os indígenas continuassem desenvolvendo o ritual de adorar a Deus na igreja evangélica que também tinha sido construída para alguns indígenas que tinham sido se convertido ao Cristianismo Decidido que era a religião ao qual os indígenas foram se inserindo.

Porém faz pouco tempo que a maior parte da Missão que pertencia aos alemães tinha sido vendida a uma outra pessoa que denominou de Fazenda Jocum que é o nome atual, sendo assim os moradores indígenas que saíram de lá construíram as suas casas perto da BR 277 e ali construíram outra igreja também.

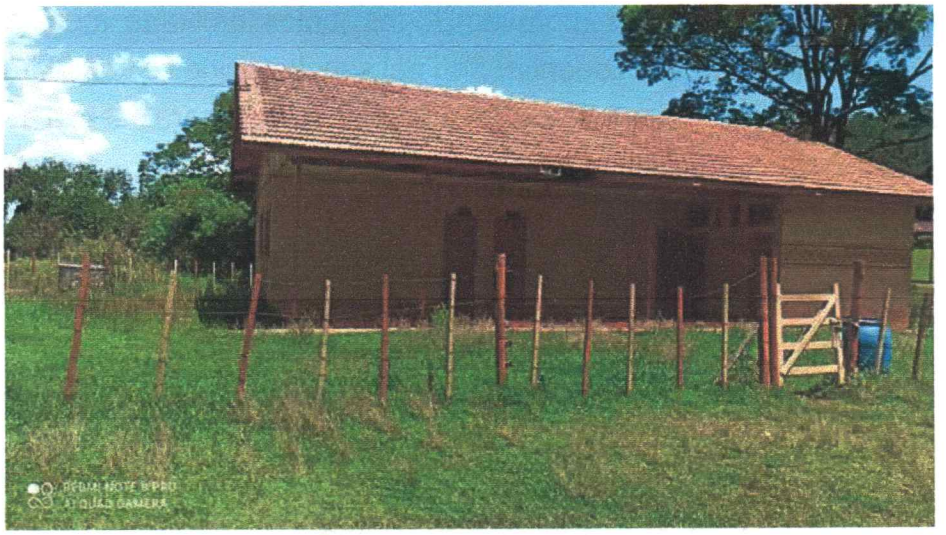
Depois de alguns tempos o governo do Estado resolveu construir as casas azuis para as famílias indígenas da aldeia Trevo. A família da entrevistada não conseguiu uma das casas azuis, como estavam sobrando casas na Aldeia kaingang Magva que mais tarde com a construção da BR 473 sentido Quedas do Iguaçu esse local foi denominado pelos não indígenas de Vila Nova, ali se formou um novo povoado para ocupar as casas construídas pelo governo do Estado.

Essas famílias aceitaram se mudar para o local de Vila Nova devido o estado das suas casas que eram feitas de sapé ou lonas, já as casas construídas pelo governo eram feitas de madeira por isso resolveram se migrar para este espaço, a entrevistada se mudou junto com toda a família no total teve 10 filhos.

Figura 7 - Dona Anair GARIGTANH Capanema de Souza, residente da aldeia Vila Nova.

Fonte: acervo de autores

Figura 08 - Antiga escola da missão



Fonte: *Acervo de autores.*

Figura 09 - Antigo ambulatório da missão

Fonte: acervo de autores

1.4.8 Sede

A aldeia Sede onde se concentra toda a infraestrutura política da comunidade está localizada na PR 473, km 04, sentido Nova Laranjeiras – Quedas do Iguaçu. A comunidade se encontra a oito quilômetros da sede do município de Nova Laranjeiras. Segundo relatos orais, sobre a origem dos indígenas na região, firmou-se quando chegaram as famílias Pereira, Jeca e Gregório, vindas do Oeste do Paraná - Medianeira, se instalaram perto do cemitério. Já estavam na terra indígena as famílias: Bernardo, Fernandes, Cornélio e Luiz, moradores da localidade de Boa Vista, atualmente Laranjeiras.

O depoimento da dona Alexandrina Fernandes diz que quando saíram de Foz do

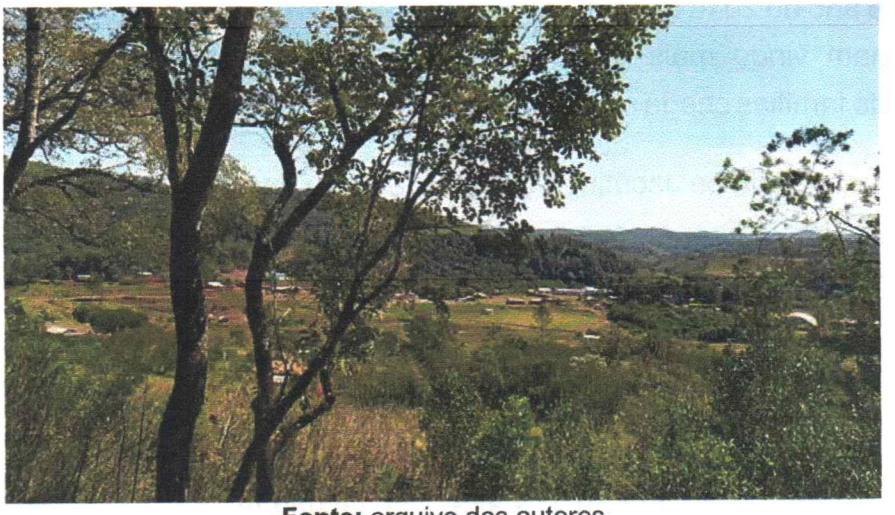
Iguaçu era pequena. Na época, uma doença trazida pelos brancos, a gripe, matou muitos índios. Pois, eles moravam todos juntos em uma mesma casa, ali morreram os parentes com essa doença. Seu pai sepultou todos e como eram muitos, já cansados, sepultou-os na beira da estrada. Quando voltou para casa, a avó também havia falecido. Muito cansado ele disse para todos que restaram: vamos embora! E então sepultou a avó dentro da casa onde moravam.

Saíram em busca de um novo lugar para construir uma nova casa. Lá, nesse outro lugar, era nossa morada: havia muitos peixes, comíamos palmitos com carne de anta, de cateto, tinha muito mel de abelha. Lá viveram muito tempo até chegar aqui. Quando chegaram já havia outros moradores que eram os "Pereiras" com sua família. Todos foram bem vindos pelos moradores e pelo líder da época chamado João Maria (GojTãnh). E desde então mora aqui há mais de 97 anos.

Seu Alcides, morador mais velho da comunidade contou que neste local havia somente florestas e muitos animais que hoje já não tem mais. Também havia poucos moradores, apenas cinco famílias. Com o nascimento de várias crianças, chegaram à conclusão de que era necessário construir uma pequena escola de tábua lascada, cujo nome era conhecido como Escola Pereira (egtãnh), que foi o primeiro líder da aldeia, seu nome era João Maria (egtãnh). Após construir a pequena escola, era necessário um professor para atender os estudantes, como na aldeia não existia nenhum índio habilitado para exercer a profissão de professor, a FUNAI, na época inspetoria, apresentou dois professores para a comunidade, onde entraram de acordo com as lideranças, pois o objetivo era de escolarizar as crianças do local. Devido a pouca população, a pequena aldeia ainda não tinha nome, em diversas discussões resolveram dar um nome, que passou a se chamar "Egso" porque onde moravam havia um pequeno lago e desse lago tiravam seus alimentos.

O segundo nome chamou de Pato Branco em homenagem a um velho índio que tinha hábito de criar muitos patos brancos. O terceiro nome foi dado por um professor branco que decidiu chamar de Rio das Cobras, pois quando observava as crianças brincando no lago viu que ali havia muitas cobras, nome que permanece até hoje.

Figura 10 - Aldeia Sede vista do alto.



Fonte: arquivo dos autores.

1.4.9 Jacutinga

Antigamente desde muito antes da demarcação da Terra Indígena Rio das Cobras existiam famílias espalhadas pelo território em busca de alimentação para a sua sobrevivência, então os indígenas kaingang andavam praticamente em grupo, então nesse pedaço de terra geralmente tinham umas 5 famílias convivendo e trabalhando juntos na produção de seu alimento.

Mas com o passar dos tempos essas famílias foram saindo dessa terra, o motivo dessas famílias se mudaram para outras aldeias era por causa dos seus filhos que começaram a estudar e frequentar a escola, fato este fez com as famílias de Jacutinga deixassem a sua terra para que seus filhos viessem a estudar na escola que se localiza na aldeia da Aldeia Sede onde é mais conhecido como centro das instituições, um lugar muito distante da aldeia Sede.

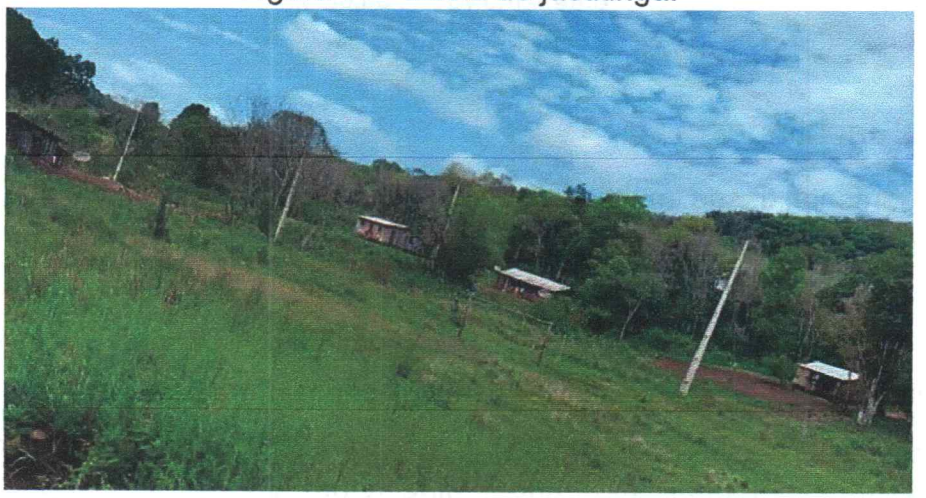
Sendo assim todas as famílias saíram desse local e não havia mais ninguém por lá, o lugar só era reservado para construção de paióis que são frequentadas só vez em quando, dizem que o lugar é bem bonito tem uma mata esverdeada tem pés de laranjas que tinham sido plantadas pelos indígenas kaingang que antigamente moravam por lá, o solo é muito bom para os roçados segundo os moradores atuais.

Os moradores atuais vieram da Terra Indígena Kóho Mu de Passo Liso localizado no município de Laranjeiras dos Sul - Pr, o desejo de continuar realizando plantações a base de adubo natural foi mais forte, pois devido ao uso de produtos químicos nas terras em outras aldeias já era permanente, então os moradores atuais tinham esse ponto de vista de continuar plantando produtos que não estejam em contato com os produtos químicos.

Aos poucos a comunidade de Jacutinga foi aumentando aos poucos, em novembro do ano de 2016 a família do Gabriel Belino veio morar em Jacutinga, logo em seguida tinham vindo mais gente para se somar a eles e nos tempos atuais a quantidade de famílias chega a 13 famílias.

A mesma aldeia de Jacutinga se localiza perto da cidade de Guaraniaçu, nessa cidade as famílias indígenas compram produtos necessários para sua subsistência. Alguns moradores têm carros e motos e isso facilita a ida na cidade vizinha, porém também tem os indígenas que vão a pé a zona urbana. Como a retomada dessa aldeia é muito recente, as crianças e jovens frequentam a escola da cidade, pois, conseguem transporte que passa pela cidade e leva para a escola na cidade.

Figura 11 - aldeia do jacutinga.



Fonte: cedida por moradores

1.5 População indígena de Rio das Cobras

1.5.1 Indígenas Kaingang

Segundo Suzana Kagmu Mineiro o povo Kaingang é dividido em duas marcas tribais que os identificam. Os anciões contam que o povo Kaingang surgiu de um buraco na montanha e eram divididos em dois grupos denominados Kamẽ (guerreiro) e Kairu (sábio). O grupo dos Kamẽ surgiu na parte inferior da montanha ao nascer do sol e por esta razão o sinal de três riscos simbolizando os raios do sol. Por terem saído da parte inferior da montanha, têm estatura baixa e pés grandes devido aos pedregulhos no caminho. O grupo dos Kairu surgiu no alto da montanha ao pôr do sol, portanto tem como sinal o círculo, em menor número, estatura alta e com pés pequenos.

As histórias dos irmãos Kamé e Kairú, onde estes clãs guerreavam entre si. Kamé representava o dia e Kairú representava a noite. Entre estas marcas tribais o

Kairú era o mais valente e o mais bravo, Kamé o mais paciente. Conforme a tradição Kaingang, o casamento não poderia ocorrer entre parentes da mesma marca, Kamé com Kamé e Kairú com Kairú, porque eles eram irmãos. Eles tinham que casar com parentes da outra marca, Kamé com Kairú.

Figura 12: Marcas indígena kaigang.

Fonte: Facebook do coletivo da juventude indigena GOJ KI PYG.

Figura 13. Grupo de Dança Nova Laranjeiras, 2018.

Fonte: Grupo Goj Ki Pyn

Entre os ancestrais, no caso de mortes dos kaingang, o Kairu era responsável por carregar os mortos até o cemitério. A mulher kamé tinha que fazer todos os afazeres da viúva por sete dias, incluindo a comida da mesma. O prato, a colher e o copo da viúva tinham que ser sempre os mesmos para o resto de sua vida.

1.5.2 Estrutura da organização política Kaingang

Historicamente os povos indígenas viviam em famílias. O pai da família era considerado o cacique, quem tomava as decisões e definia as formas de punição. Os homens tinham poder de decisão e não necessariamente consultavam um representante da comunidade como se faz atualmente. Dentre outras tarefas era responsabilidade do cacique o lixo produzido pela comunidade (família). Neste período os indígenas viviam no meio da natureza, em vastas florestas.

Quando surgiu o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) veio o militarismo, que de certa maneira "estragou" essa organização social dos indígenas, mas ao mesmo tempo reforçou uma organização maior. O militarismo tirou a figura do cacique e do SPI, surgindo algumas regras, dentre elas a que os indígenas não podiam falar a própria língua perante as autoridades militares.

Na época do SPI e do regime militar existiam punições muito rígidas que hoje não são mais aceitas, como o tronco, ficar amarrado, raspar o cabelo, entre outros. Alguns anos atrás os indígenas eram tutelados, então era de responsabilidade do governo Federal montar as normas e aplicá-las, hoje como a tutela caiu, os indígenas têm duas normas para seguir: as normas da sociedade civil brasileira e da comunidade local, as regras internas, se tornando um desafio para o cacique e as lideranças a junção dessas normas, porém lutam para que as leis internas se façam presente na organização social da comunidade indígena.

Com o surgimento da primeira escola houve mudanças na forma de organização dos indígenas, pois precisavam de um lugar para ter acesso a escola, por este motivo houve a necessidade de ter uma organização social em comunidade escolhendo os representantes como cacique.

Com o passar dos anos e com o aumento das famílias veio a necessidade de um vice cacique e lideranças em todas as comunidades, quando os acontecimentos não se resolviam dentro da própria comunidade era levado para o cacique geral.

Cada comunidade possui um regimento interno, que normatiza o comportamento social dos indígenas. São estabelecidas normas para não ceder muito e não dar muita liberdade. Não existe um regra específica, são constituídas as leis internas de acordo com a necessidade, essas determinadas leis são diferenciadas por que elas são transmitidas de forma oral e não burocratizadas, ou seja, não eram escritas em algum documento, até nos dias atuais ainda essa forma está presente nas comunidades.

Em relação às lideranças presente na terra indígena Rio das Cobras

- Cacique: a sua função é se responsabilizar pela comunidade, quando há alguma reunião envolvendo assuntos indígenas, sejam elas voltadas para questão da saúde, educação etc., com os não indígenas, autoridades externas, é o cacique geral que os representa. Já dentro das Terras Indígenas Rio das Cobras quando há algum problema entre famílias brigando, separações, entre outras peculiaridades, o Conselheiro encaminha o ocorrido ao cacique geral. Um único cacique representa toda a terra indígena e em cada aldeia existem lideranças.

- Vice-cacique: quando o cacique geral se ausenta para funções fora da Terra Indígena a função do vice-cacique é assumir as responsabilidades do próprio cacique, tornando-se um substituto.

- Lideranças locais: são os representantes das aldeias e pessoas que moram nesses locais. A função das lideranças locais é de organizar ou acertar questões voltadas para as famílias, caso não puder resolver passam ao cacique geral

- Conselheiros: são responsáveis em orientar as famílias, pessoas que não cumprem as leis destacando os direitos e deveres que devem respeitadas pelos integrantes da comunidade indígena, os mesmos têm que estar já com famílias formadas, não consumir bebidas alcoólicas principalmente para assumir essa função de conselheiro.

- Seguranças: tem a responsabilidade de assumir o compromisso do bem-estar das pessoas dentro da comunidade. Geralmente a maioria que compõem essa instância são os homens que vão orientando as pessoas, o horário em que não devem estar andando nas estradas e ficar consumindo bebida alcoólica. Os seguranças estão presentes nos campos de futebol cuidando para que não haja conflitos entre os jogadores e as torcidas.

- Comunidade: tem a função a respeitar as regras impostas que são transmitidas de forma oral pelas lideranças.

- Famílias: Têm a função de cuidar e passar as leis da comunidade para cada integrante da família, caso as famílias não resolvam os problemas familiares o caso é direcionado aos conselheiros da comunidade.

Exemplos de formas de punições usadas na comunidade Kaigang

- Como regra geral, os casais não podem se separar (divórcio). Em caso de

aceito a separação entre os casais, existe a punição de passar 20 dias presos na cadeia da comunidade.

- Quando a pessoa é funcionária pública e se separa deverá cumprir a pena de 20 dias na prisão, caso não obedeça a sentença ela perde o emprego.

- Mulher que se casa com um não indígena precisa morar fora da aldeia.
- Em caso de tombamento de cargas na rodovia, é proibido mexer ou saquear. Em caso de saque os responsáveis são punidos com uma pena de 15 dias dentro da cadeia.
- Quando ocorrem agressões físicas e psicológicas, os responsáveis são levados ao cacique para tomadas as devidas providências, sendo preso por até 24 horas.
- Só é permitido sair da aldeia para vender artesanato ou para visitar os parentes, sendo necessário ter a autorização das lideranças.
- Para ocupar um cargo público na aldeia é necessário a carta de anuência do cacique.
- Não é permitido a venda bebidas alcoólicas sem acordo com as lideranças, especialmente em momentos festivos.
- Em caso de brigas com pessoas das famílias ou da comunidade, recebem castigos de no máximo cinco dias na cadeia.
- É proibido funcionários da comunidade tanto no setor da saúde e educação consumirem bebida alcoólica. Em caso de desobediência a punição é de até dez dias de cadeia. Caso não aceite a punição a pessoa perde o emprego.
- As lideranças, conselheiros e o cacique também devem cumprir as regras. Existem formas de punições em caso de brigas, infidelidades por parte dessas pessoas que compõem a equipe de lideranças. Segundo as regras, caso ocorra alguma dessas situações, eles devem cumprir pena de até dez dias de cadeia. E mesmo que essas pessoas percam suas funções, deverão cumprir a pena.

Essas são as formas de punições que existem atualmente na Terra Indígena Rio das Cobras, que podem ser alteradas em comum acordo com a liderança.

Segundo os relatos da D. Arvelina Vaso Adriano, na época do cacique Joaquim Fernandes (2019) os castigos eram mais severos. Os homens eram colocados em

troncos, totalmente nus e com os cabelos raspados, as mulheres recebiam os mesmos castigos, muitos indígenas morreram. Essa forma de punição se manteve por um período de 30 anos aproximadamente. Somente quando assumiu o cacique José Kógmu Olibio que surgiram as cadeias que permanecem até os dias atuais.

1.5.3 Indígenas guaranis

Segundo Jane Jaxuki Veríssimo os guaranis vivem em duas aldeias dentro da Terra Indígena Rio das Cobras, nas aldeias Lebre e Pinhal, sendo da parcialidade Mbya. São considerados um grupo muito espiritual, até hoje, porque, de qualquer forma, estão sendo passadas e preservadas informações em relação do que é sagrado e o que representa para os mbya.

Os mais velhos muitas vezes não percebem que estão fazendo isso, mas Xamoi sabe que tudo que eles passam vem do nhanderu. O petyngua (cachimbo) é um objeto sagrado que faz parte disso. Além dos Xamoi os mbya têm o hábito de fumar o seu cachimbo sagrado.

Figura 14. Artesanato Guarani, Tekoa Tapixi, 2018.

Fonte: Facebook da ONG Outro Olhar.

Os Mbya Guarani respeitam as tradições e estão em conexão com a natureza. Eles observam as fases da lua para preparar ou fazer qualquer coisa, como para fazer o artesanato, a casa de madeira, o plantio e colheitas das roças.

1.5.4 Estrutura da Organização Política Guarani

Os guarani se organizam a partir de duas lideranças , o primeiro e a liderança dos xamois e as xaryi (sábios, sábias , curandeiras, religiosos e espirituais) e a segunda fica

por conta dos xondaros (caciques, vice-cacique , seguranças, guerreiros e conselheiros e a comunidade). As lideranças políticas são hierárquicas, porém se houver mais de dois candidatos, faz se uma reunião com a comunidade para escolha do seu representante. As lideranças espirituais não é uma escolha da sociedade guarani, nem se passa de pai para filho, é um dom que o nhanderu tenonde (Deus) lhe deu, podendo ser uma mulher ou um homem. A ordem na tekoa (aldeia) são bem claras, manter a paz, saúde física e espiritual e manter a família segura e garantir a sobrevivência do grupo.

As reuniões comunitárias acontecem dentro da casa de reza e fora dela e as decisões são tomadas no coletivo, nunca individualmente e dirigido por um sábio e as lideranças. As regras do grupo são baseadas em leis da natureza e de acordo com o contexto da realidade.

Figura 15. Reunião comunitária dentro da Casa de Reza

Fonte: Facebook da ONG Outro Olhar.

As comunidades guaranis organizam os Nhemboaty (mutirões), que são realizado no trabalho de organização das roças, preparo do solo, plantio e colheita, também se utiliza esse modo de trabalho na limpeza da comunidade, preparação de

festas, catar lenha para Opy. As mulheres Guaranis também realizam trabalho coletivo na colheita de sementes para artesanato e no plantio da batata doce e mandioca. Já os homens reúnem-se coletivamente para a coleta do mel, da erva mate para o Batismo na casa cerimonial religiosa.

1.6 Associações na Terra Indigena Rio das Cobras

Na TI existem associações para melhor organização de logísticas básicas, como locomoção, saúde, distribuição de alimentação, acompanhamento das escolas, entre outros. As associações dispõe de uma estrutura mínima, como um carro para locomoção das pessoas mais necessitadas. Ainda dispõe de um barracão, dois tratores com duas carretas, e se encaminha para comprar outros equipamentos que ainda estão faltando como plantadeira e pulverizador.

Essas associações deliberam, ainda, sobre os arrendamentos que Segundo o cacique da Terra Indígena Pinhal tem possibilitado as condições para aquisição dos equipamentos. O cacique ressalta que a área do arrendamento é pequena e tem possibilitado manter as roças dos demais indígenas.

1.7 **Movimento na Indígena da Terra Indígena Rio das Cobras**: Construção do Coletivo Da Juventude Indígena Goj Ki Pyn

Figura 16. representantes do movimento da juventude.

Fonte: Facebook do coletivo da juventude Goj Ki Pyn .

O Movimento indígena refere-se ao conjunto de movimentos sociopolíticos protagonizado pelos indígenas do Brasil, com a colaboração de apoiadores não indígenas, destinado a estabelecer ações e estratégias para reivindicar direitos e

reconhecimento historicamente espoliados e negados pelo Estado e pela civilização. A luta pela garantia dos direitos traz à tona questões socioambientais, humanitárias, a luta pela demarcação dos territórios originários que ainda precisam ser discutidas.

Nesse sentido os indígenas possuem como objetivo central de sua movimentação política a conservação e delimitação de áreas indígenas, ou seja, terra. Porém, esse conceito é muito mais amplo do que o conceito literal.

Figura 17. Manifestação em prol da saúde indígena.

Fonte: Facebook do coletivo da juventude Goj Ki Pyn .

Figura 18. Manifestação da juventude indígena.

Fonte: Facebook do coletivo da juventude Goj Ki Pyn .

Dentro do conceito "terra", estão inseridas reivindicações como educação, saúde diferenciada, respeito e reconhecimento à cultura, projetos socioeconômicos destinados aos diversos povos, áreas de preservação e fiscalização ao cumprimento de leis e demarcações.

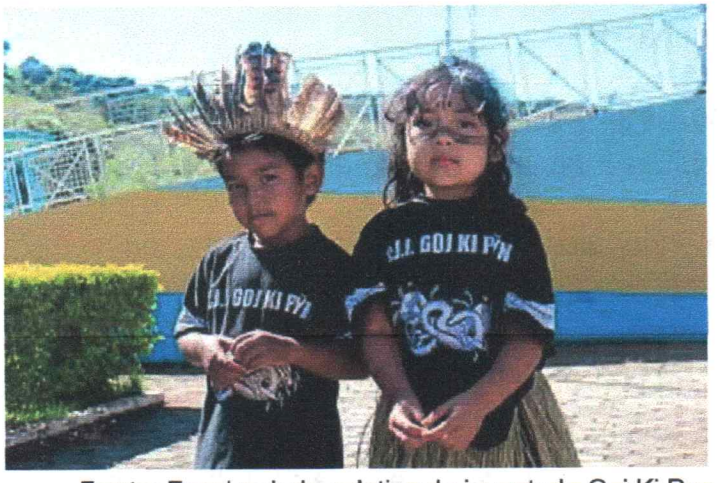
A luta do movimento indígena no Brasil abrange muito mais do que apenas o território físico. Uma de suas grandes exigências é a possibilidade de manter sua

cultura, seu modo de vida. Assim, no Brasil, começaria a se manifestar de maneira mais organizada apenas na década de 70, tendo em vista a necessidade de proteção de terras em relação a políticas expansionistas da ditadura militar. Desde o processo da demarcação da Terra Indígena Rio das Cobras, o principal movimento pacífico que ocorre é o fechamento da BR 277 na luta contra os retrocessos dos direitos indígenas. Dessa forma os direitos retrocedem, as lideranças indígenas e demais membros da comunidade fazem organizam o movimento que geralmente é ato de fechamento da BR 277.

Mas em 2013 nasceu um Coletivo de jovens que futuramente estaria a frente do movimento indígena da Terra Indígena Rio das Cobras e movimentos indígenas regional e nacional se destacando na luta pelos direitos com os demais povos indígenas.

Nesse sentido, em 2013, no Colégio Estadual Rural Indígena Rio das Cobras, surge um grupo cultural fundado por dois professores de língua materna Kaingang: Danusa Kórig Bernardo e Darci Fógte Bernardo. A princípio o grupo cultural não tinha nome específico e era composto apenas por estudantes da escola e era fechado para a comunidade. Assim, o grupo cultural da escola se apresentava apenas em dias culturais com cânticos Kaingang e dança tradicional e também faziam apresentações em escolas não indígenas.

Figura 19. Apresentação na prefeitura de Nova Laranjeiras



Fonte: Facebook do coletivo da juventude Goj Ki Pyn .

Entretanto, a partir de 2018, os jovens da Organização da Juventude Indígena Kaingang denominada Nen Ga da Terra Indígena Apucaraninha – PR chegaram para fazer intercâmbio cultural com os alunos do Colégio Estadual Rural Indígena Rio das Cobras, com muitas falas dos representantes da Organização da Juventude Indígena Kaingang Nen Ga sobre a questão da cultura Kaingang, e do seu fortalecimento.

Nesse sentido, os alunos e comunidade que participavam do intercâmbio se sentiram fortalecidos e inspirados com as palestras e assim para também estar dando continuidade ao fortalecimento da cultura Kaingang na Terra Indígena Rio das Cobras. Neste evento ocorreram então além das palestras sobre a cultura, as práticas da cultura como: oficina de pinturas corporais (grafismos indígenas Kaingang), muitos rituais com danças e cânticos da Organização da Juventude Indígena Kaingang Nen Ga. No entanto, no decorrer do intercâmbio, os alunos e jovens da comunidade da Terra Indígena Rio das Cobras que estavam ali participando do evento decidiram fazer uma apresentação cultural abrindo espaço para todos da comunidade.

Assim, depois deste evento os jovens entenderam e se conscientizaram sobre a importância de estar fortalecendo a cultura Kaingang no geral e dessa forma aqueles jovens estudantes e jovens da comunidade da Terra Indígena Rio das Cobras (Aldeia Sede) que tomaram a iniciativa de fazer uma apresentação cultural no dia do intercâmbio continuaram se autoafirmando e se fortalecendo cada dia mais quanto um coletivo, partindo da escola e abrindo espaço para todos os jovens Kaingang de toda a Terra Indígena Rio das Cobras. Sendo assim, estes jovens em conversa com todo o coletivo do grupo cultural se nomearam de: Coletivo Da Juventude Indígena Goj Ki Pyn.

Em dezembro, no mesmo ano de 2018 com a mentalidade mais aberta e consciente sobre a prática da cultura Kaingang e do fortalecimento, os jovens do Coletivo (composta por 40 jovens), foram convidados para participar de um grande evento chamado ATL (Acampamento Terra Livre) Regional Sul que ocorreu na Terra Indígena Mangueirinha – PR.

Desde então, os jovens do Coletivo foram se tornando mais fortes na atuação e fortalecimento da cultura Kaingang. Nesse sentido, o coletivo possui dois objetivos:

1 - resgate, fortalecimento da cultura Kaingang como: uso das plantas medicinais, os rituais, os cânticos Kaingang, as histórias antigas, a alimentação típica Kaingang, as pinturas corporais (grafismos Kaingang) com a principais marcas Kame (Rá Téj: marca comprida) e Kanhru (Rá Ror: marca redonda), a luta para continuar mantendo a língua Kaingang também como a principal identidade indígena, pois, a Terra Indígena Rio das Cobras é a maior terra indígena do Paraná onde a língua indígena permanece forte. Mas, além da língua Kaingang, é preciso fortalecer outros traços culturais que foram se perdendo.

2- Criar espaços de organização coletiva de atuação da juventude enquanto movimento preparado para atuar em atos de manifestação na defesa dos direitos indígenas local, regional e nacional.

Nessa construção, busca formar jovens com capacidade crítica e protagonismo em ações do interesse da cultura e da comunidade local. O coletivo esta desenvolvendo um projeto de horta orgânica, propondo o uso sustentável do meio ambiente e a produção de alimentos saudáveis.

Figura 20. Horta comunitária desenvolvida pelo coletivo da juventude Indígena Goj Ki Pyn.

Fonte: Facebook do coletivo da juventude Goj Ki Pyn .

Em setembro de 2019, C.J.I. Goj Ki Pyn participou de mais um ATL (Acampamento Terra Livre) Regional Sul que ocorreu na Terra Indígena Laklano – SC e com isso os jovens foram adquirindo mais conhecimento da luta de seu povo de suas próprias questões e assim foram se tornando mais fortes coletivamente e com sede de luta na defesa de seu povo e de seus direitos. Dentre as mobilizações, os jovens ja se organizaram e tiveram participação em ações como o fechamento da BR 277, principal espaço de luta utilizado pelos indígenas dessa terra.

Portanto o Coletivo da Juventude indígena Goj Ki Pyn são os que tomam a frente no fechamento da BR 277 para os manifestos, onde o coletivo procura ao máximo realizar atos pacíficos como, danças culturais, cânticos tradicionais e rituais sagrados.

Em Abril de 2021 pela primeira vez o C.J.I. Goj Ki Pyn foi convidado para participar do ATL (Acampamento Terra Livre) nacional que como de costume ocorria na capital do Brasil (Brasília), mas como em 2021 estávamos no contexto da pandemia do Covid-19 o maior movimento ATL 2021 que reúne todos os indígenas de diversas etnias do território brasileiro ocorreu de forma virtual com várias temáticas sobre questões indígenas em pauta e que contou com diversas apresentações culturais e rituais de modo virtual.

Ainda no mesmo ano, em Agosto de 2021 o C.J.I. Goj Ki Pyn da Terra Indígena Rio das Cobras se organizou juntamente com os indígenas Kaingang e Guarani da Terra Indígena Mangueirinha – PR para se somar ao maior movimento indígena que viria a acontecer na capital do Brasil, o Acampamento Luta Pela Vida com principal objetivo de barrar o Marco Temporal considerada pelos indígenas a Pec da morte. Além das marchas constantes pelas ruas de Brasília até a sede do STF, o movimento indígena contava com plenária sobre várias questões indígenas em pauta. Dentre elas o **marco temporal**.

Em setembro de 2021 foi a vez das mulheres indígenas ocuparem as ruas da capital do Brasil. Mais uma vez as jovens do Coletivo de Rio Cobras juntamente com as mulheres da terra indigena de Mangueirinha, somaram-se a II Marcha Nacional das Mulheres Indígenas com o tema: "Reflorestando mentes para a cura da terra". Esta marcha contou com 172 povos de todos o biomas do Brasil e de todas a gerações. As mais de 5 mil mulheres guerreiras da ancestralidade ocuparam Brasília com seus cantos e energias. Mesmo depois de muita luta na tentativa de barrar o Marco temporal, o processo ainda tramita no STF. Este marco temporal representa um retrocesso que ninguém nunca tinha visto neste país em termos de legislação brasileira e isso significa que a nossa constituição está em risco.

Uma pauta importante que o coletivo tem assumido, são as demarcações de terras, embora a TI Rio das Cobras seja demarcada os jovens entendem a importancia da luta pela demarcação de seus territórios ancestrais..

Enfim, a juventude toma essa consciência de que ser indígena é viver em uma luta constante para reocupar o espaço de direito em toda a socidade brasileira em meio aos preconceitos e discriminação, num território hoje tomado e dominado pelos não indígenas, e é nesse sentido que seremos muito mais na luta pelas nossas vidas e território, por isso, acima de tudo ser indígena é ser resitência.

No entanto, a busca da garantia de nossos territórios, dos que nos antecederam, para as presentes e futuras gerações, defendendo o meio ambiente, este bem comum que garante modos de vida indígena enquanto humanidade. Para além de mero recurso físico é igualmente morada dos espíritos das florestas, dos animais e das águas da vida como um todo, fonte de nossos conhecimentos ancestrais.

PARTE 2. RELAÇÃO COM O ENTORNO: ASPECTOS DA NATUREZA E DA PRODUÇÃO

Neste item são apresentados elementos que que trazem uma relação mais direta do povo indígena com a natureza. Os indígenas em especial em todo o contexto histórico sempre foram vistos como povos que têm uma relação mais harmônica com os elementos da natureza, pois isso é parte da vida dessas populações. Sendo assim, ao desenvolver um material que trata da vivência das populações na Terra Indígena Rio das Cobras não poderíamos deixar de destacar aqui esses elementos. Essa parte está dividida em cinco porções as quais foram destacadas no inventário da realidade como espaços importantes do contexto de relações sociais e da própria sobrevivência dessas comunidades.

2.1 Rios, Cachoeiras, tanques, banhados e açudes

Os rios, ou cursos fluviais, sempre foram, e são até hoje, um dos mais importantes recursos para a sobrevivência da humanidade. São eles que nos fornecem grande parte da água que consumimos, que usamos para nossa higiene, para produzir nossos alimentos.

Além disso, os rios também são muito importantes pelo fato de serem utilizados, em várias regiões, como vias naturais de circulação, ao longo das quais as embarcações se deslocam transportando mercadorias e pessoas; e, ainda, por sua utilização na produção de energia hidrelétrica, sem esquecer-se da importância que têm pela exploração da pesca como fonte de alimentos. Um rio pode se originar das mais diversas formas, porém a mais comum - aquela que caracteriza a maior parte da hidrografia planetária - é a que faz com que o rio se forme a partir de uma sucessão de fenômenos e de contínuas transformações ocorridas na natureza, que caracterizam o chamado ciclo da água.

A relação do indígena da Terra Indígena Rio das Cobras com a natureza sempre foi relatada como harmoniosa e de respeito. Os quatro rios principais que circundam as comunidades presentes nessa terra indigena, são: Rio das Cobras, Rio Pereira, Rio União e Rio Despedida. Na Aldeia Vila Nova e Aldeia Trevo os córregos deságuam no rio Pereira, os córregos da Encruzilhada e Aldeia Sede deságuam alguns no rio Pereira e outros no rio das Cobras, os córregos da Aldeia Sede deságuam somente no Rio das Cobras, Aldeia Taquara e Aldeia Lebre, da Aldeia Campo do Dia e da Aldeia do Pinhal deságuam no rio União.

Figura 21. Hidrografia da Terra Indigena Rio das Cobras.

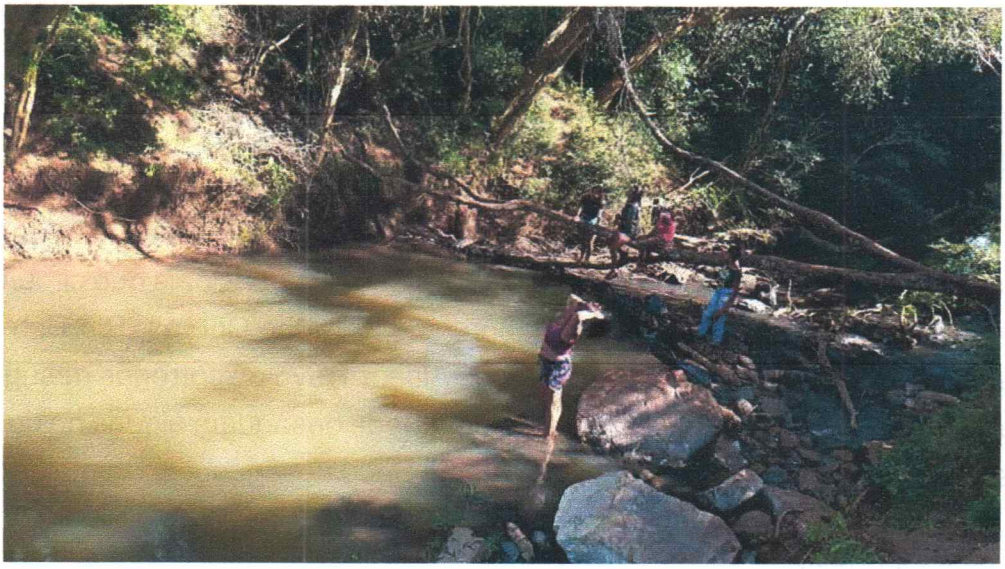
Fonte: GONSALES, P.L.B. et all. 2018.

Esses rios já foram importantes fontes de alimentação através da pesca, no entanto com avanço da agricultura no entorno e na própria terra indigena, a contaminação por agrotóxicos levou ao extermínio de muitas espécies de peixes.

Os rios também ocupam espaços de integração social e lazer, pois sua geografia permite a formação de cachoeiras que são visitadas como espaço de lazer da comunidade. Destaca-se em especial a existência de duas cachoeiras na aldeia Trevo e na aldeia Taquara.

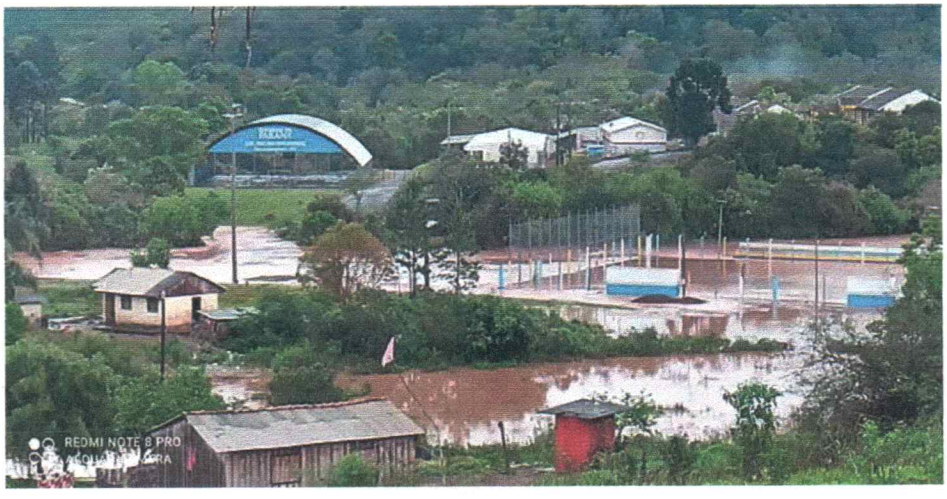
Quanto à hidrografia da terra indígena que compõem a comunidade guarani, existem três rios: Rio Pitanga, Rio do Baile, Rio Pereira e Rio União.

Figura 22. Rio Pereira, lugar de lazer das crianças e jovens indígenas.



Fonte: acervo dos autores.

Figura 23. Transbordamento do Rio Pereira em uma temporada de chuva em outubro de 2022.



2.2 Recanto do Bosque

O recanto do bosque é um lugar bem antigo, servia como comércio ou ponto de localização para achar a aldeia, a maioria dos moradores faziam suas compras nesse local, com o tempo esse lugar foi se perdendo, pois vários comércios com mais benefícios foram se formando na aldeia.Esse lugar hoje está bem danificado, pois nunca foi feito reforma e pouco lucro foi destinado para melhorias. Hoje a aldeia tem vários mercados que oferecem esse tipo de serviço com compras e transporte.

2.3 Trilhas

Trilhas na verdade são caminhos onde os indígenas utilizavam para se deslocar de uma aldeia para outra, em geral dava-se nome a essas trilhas, como toca do saci. Nos dias de hoje essas trilhas não são mais utilizadas para esses fins, hoje a maioria dos moradores tem carros ou tem algum tipo de transporte.

2.4 Fontes de água natural

A água é um elemento importantíssimo para todas as formas de vida, no entanto para as comunidades indígenas além de ser um elemento importante para vida é também um elemento sagrado. Dessa forma trazemos a importância de identificar e preservar as fontes de água existentes. No âmbito desse trabalho, através do inventário da realidade realizados pelas escolas foram identificadas diversas fontes que estão apresentadas no quadro a seguir.

Quadro 3. Relação de fontes de água natural, 2021.

Fontes de água natural na TI Rio das Cobras	
Local	Quantidade de nascentes
Taquara e Água Santa	08
Campo do dia	02
Encruzilhada	04
Trevo	02
Vila Nova	01
Sede	05
Britador	01
Ameixa	01
Missão	01
Casas novas	03
Lebre	04

Fonte: As autoras

2.5 Agricultura Guarani

A agricultura guarani é baseada nas tradições ancestrais. O povo guarani sempre foi respeitosos com a natureza. Produzem vários tipos de espécies de milho (avaxi), mas a chegada do milho geneticamente modificado prejudicou as plantas cultivadas e a diversidade do milho. Acabou sendo introduzido o avaxi tupi (milho do jurua) que tem o valor de mercado, mas não um valor de uso ou de consumo.

O milho é utilizado para produção de alimentos típicos, bem como para consumir milho verde. Já sua versão ava tupi é voltada para a venda e troca por produtos industrializados fora da aldeia. Dentre as variedades do milho há: avaxi para, avaxi ju'i, avaxi huû, tupixî, avaxi ovy.

Outros alimentos são produzidos para a sobrevivência das famílias. As principais sementes e plantas cultivadas são a mandioca, diferentes tipos de feijão, amendoim, melancia, pepino, pitanga, guabiroba, cereja, laranja, pocans, além de várias espécies de batata doce e abóbora.

Figura 24. Colheita da guabiroba, Tekoa Tapixi.

Fonte: Facebook da ONG Outro Olhar.

2.6 Agricultura Kaingang

A agricultura é o elemento básico da economia Kaingang. São cultivados: feijão, milho, mandioca, batata doce, abóbora. Para esse cultivo é utilizado a técnica da coivara, e as atividades são realizadas conforme as fases da lua. O roçado é produzido com técnicas tradicionais, como a queimada. Há uma horta comunitária na aldeia sede

A agricultura na Terra Indígena Rio das Cobras, ainda é bem preservada, aos poucos tem avançado na construção de lavouras e também com arrendamentos de terras, essa questão prejudica os indígenas que trabalham em sua própria roça, pois querem preservar o lugar onde fazem os plantios. Antigamente a lavoura era forma de subsistência das famílias, passando de pai para filho.

As sementes ainda são guardadas no dia da colheita para os próximos plantios, variando entre culturas de feijão e milho, também se guarda abóboras e realizam trocas entre outros roceiros. Elegendo-se o mês de agosto para fazer um plantio grande onde todos integrantes da aldeia participam em forma de mutirões.

Figura 25. Colheita das sementes de milho.

Fonte: Facebook do coletivo da juventude Goj Ki Pyn .

Os mais antigos viviam praticamente da caça, da pesca e da agricultura, plantavam milho, feijão, mandioca, batata-doce entre outras coisas. Para isso tem todo processo, guardavam as sementes para realizar o próximo plantio e aguardava a chegada do momento da colheita.

As famílias possuíam suas roçadas em lugares distantes, talvez onde houvesse solo mais fértil. Por isso chamava-se de Pãjó, que era o lugar, uma casa temporária, onde os indígenas permaneciam até um certo tempo, ou seja enquanto roçava, depois de queimar a roçada e então plantar.

Era bem comum os mutirões ao realizar essas roçadas. E nisso iam homens para o trabalho nas lavouras e mulheres para cozinhar, rendendo mais o trabalho.

Ainda hoje o plantio de pequenos roçada é para o consumo das famílias, cada família escolhe o lugar que normalmente é distante da sua casa, eles demarcam a terra e ficam por um período ali, fazem o paiol, onde permaneceram até o plantio, depois voltam para as casas e os homens são os responsáveis por acompanhar a roça. Na época do plantio as mulheres também vão, as crianças ficam em casa para ir para as escolas, nessas roças não são usados qualquer tipo de agrotóxico.

2.7 Caça

A preservação das áreas de floresta sempre representou para as comunidades indígenas a preservação também de suas populações, visto que as mesmas sempre tiveram a caça como uma atividade essencial para alimentação. No entanto com as demarcações essas populações ficaram cercadas em espaços cada vez mais reduzidos o que levou praticamente a extinção dessa atividade como fonte de alimentação.

Esse contexto se apresenta também na TI Rio das Cobras, nos relatos das comunidades a caça incluía os grandes e pequenos mamíferos das florestas subtropicais (anta, veado, cateto ou caititu, queixada, quati, etc.) e a grande variedade de aves aí existentes (jacu, uru, papagaio, nambu, macuco, etc.), havendo certamente animais cujo consumo era interditado e outros cujo consumo não era costume como, por exemplo, os tamanduás (mirim e bandeira), jaguatirica, lontra, ariranha, entre outros. A **Caça** hoje é praticamente nenhuma, uma ou outra área, algum tatu ainda se encontra.

Além do conhecimento profundo da vida e dos hábitos dos animais, os indígenas possuíam técnicas que variavam de povo para povo. Na caça era usado armadilhas como a chamada de arapuca, deixavam uma espiga de milho dentro para o animal entrar a procura do alimento e aí ficava preso. Também eram fabricadas as flechas e lanças para realizar a caça. Faziam as cevas para esperar os animais à noite, que viam a procura de alimentos e assim poderiam caçá-los.

Ainda, sobre a caça não parece ter sido costume dos Kaingang a caça com armadilhas, comum entre os guarani, exceto um laço para apanhar papagaios e baitacas e a técnica do **ēminko** para caçar um tipo de rato do mato (**kasin**). Usavam mais frequentemente caçar aves e animais com seus arcos e flechas, com diferentes tipos de pontas feitas de madeira ou ossos. São técnicas utilizadas:

ēminko: técnica para apanhar kasin (tatu)

ēgje: técnica para apanhar pássaros

tam: técnica para apanhar pássaros

2.8 Pesca

A pesca assim como a caça é parte do processo de vida e alimentação das comunidades indígenas, profundos conhecedores dos elementos da natureza o

indígena costumava realizar a pesca no verão, período em que os peixes estavam maiores e estariam fora do período da desova.

Sobre a técnica utilizada podemos destacar o Pari, uma armadilha feita de taquara que se coloca nas corredeiras. Os relatos do inventário da realidade destaca que o costume era em certo período do verão, com os peixes já grandes, eles iam para a proximidade de um grande rio e lá pescavam e defumavam os peixes para levar para a aldeia.

Hoje em pouquíssimas áreas há pessoas que ainda detém esse hábito, até mesmo por conta do avanço da agricultura em torno dos rios que perpassam a TI Rio das cobras, a derrubada das matas ciliares entre outros , levou a poluição dos rios e a extinção de muitas espécies de peixes que faziam parte do costume alimentar do indigena na região.

As armadilhas para pesca são: o pinda, ximbo, pari, kurapemby, o pari. –

Figura 26. Armadilha do pari, utilizada pelo povo Kaingang.

Fonte: Povos Indígenas do Brasil, 2014.

PARTE 3. RELAÇÃO COM O MUNDO DA CULTURA

3.1 Kujá (Curandeiros Kaingang)

Os curandeiros são integrantes das comunidades Kaingang, representantes vivos da cultura indígena. Isso é expresso nas atividades que exercem, como a reza ou a produção de remédios com as ervas medicinais.

Na terra indígena Rio das Cobras vivem três Kujás: João Maria, o mais antigo, que ensina a rezar nas festas e velórios; Edson, na comunidade Taquara; dona Marli Manduca, na aldeia Sede.

Dona Marli Manduca nos relatou que mesmo com o acesso a médicos e farmácias, os curandeiros são procurados para tratar dos problemas de saúde entre os indígenas. Afirmou também que, quanto à produção de remédios, há um ritual para colheita das plantas, como, a lua certa, o horário, etc. Além das dificuldades de acesso às diferentes ervas. Relatou sobre a cura de muitas doenças graves, como meningite, tosse comprida, partos de risco, etc., também a cura espiritual. Disse ainda, que na sua família é raro o uso de medicamentos, ela utiliza ervas para a cura dos mesmos.

Os curandeiros Kaingangs não atendem somente os indígenas, mas muitas pessoas de fora da comunidade. Seus conhecimentos são passados de pais para filhos, e a dimensão da fé é importantíssima para realização das curas.

A cultura indígena teve influência da religiosidade dos não indígenas da região como é o caso das fontes d' água milagrosas de São João Maria. Contam os mais antigos que uma idosa viu um rapaz que era São João Maria numa fonte d' água na aldeia e que ele disse que a partir daquele momento a água seria abençoada e quem utilizar será curado de qualquer mal pois será uma água milagrosa.

Figura 27. Coletivo da juventude preparando as ervas medicinais.

Fonte: Facebook do coletivo da juventude Goj Ki Pyn .

Figura 28. Coletivo da juventude preparando e coletando ervas medicinais.

Fonte: Facebook do coletivo da juventude Goj Ki Pyn .

3.2 Xamõi e Xaryi (Curandeiros e Curandeiras Guarani)

Para as comunidades Guaranis, Xamõi e Xaryi, são considerados *conhecedores do bem viver*, pois possuem experiências de viver e falar. Para os Guaranis a fala é muito importante pois através dela há o poder de adoecer ou de curar.

Os Xamõi e as Xaryi possuem conhecimento sobre as plantas e ervas medicinais, preparação dos chás, os cantos e mantras sagrados. Possuem conhecimento para cura de certas enfermidades físicas e espirituais. Ainda quando as lideranças têm dúvidas sobre certas decisões, eles consultam os Xamõi e Xaryi, para ouvir conselhos e refletir juntos, buscando respostas dos Nhanderu (Deus, ou Pai).

Figura 29. Xamõi Julio em conversa com grupos visitantes Tekoa Tapixi, 2018.

Fonte: Facebook ONG Outro Olhar.

3.3 Futebol

O futebol é um dos esportes mais praticados em todas as aldeias e as regras são universais. Antigamente o esporte era praticado somente pelos homens e hoje temos a participação massiva das mulheres. Nesse sentido, somando-se à participação de crianças, adolescentes e jovens, um aspecto a ser destacado é a presença de gays e lésbicas no esporte, e conseguiram um espaço dentro do campo de futebol mesmo depois de assumirem sua orientação sexual. Isso evidencia que as questões de preconceito não se mostram tão fortes entre os indígenas.

Figura 30. Futebol feminino na Aldeia Encruzilhada.

Fonte: BANDEIRA, T.J. Rio das Cobras: Imagens do Povo Kaingang, Revista travessias.

Realizado nas comunidades principalmente aos sábados e domingos, o futebol é uma prática que reúne a comunidade para assistir aos jogos e torcer, fazendo deste uma forma de lazer coletivo.

Os times também se reúnem e marcam torneios em outras comunidades para jogar e competir. No município e na região os times da aldeia se destacam nas competições. Os indígenas gostam muito de jogar futebol.

Abaixo relacionamos os nomes dos times

Times da Aldeia Trevo		Times da Aldeia Vila Nova	
Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Esporte Clube Interlagos	Esporte Clube Colorado	Vila Real	Vila Real
Boca Juniors	Panteras	Vila Sul	
Geração Indígena	Geração Indígena		

Esporte Clube Amigos			
Esporte Clube Colorado			
Atlético Indígena			
Esporte Clube Missão			

Times da Aldeia Encruzilhada		Times da Aldeia Campo do Dia	
Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Esporte Clube Cobra Indígena	Esporte Clube Cobra Indígena	Esporte Clube Paraná Indígena	Esporte Clube Paraná Indígena
Esporte Clube Cobra Verde	Esporte Clube Cobra Verde	Esporte Clube União	Esporte Clube União
Esporte Clube Juventude	Esporte Clube Juventude	Esporte Clube Vila	Esporte Clube Vila

Times da Aldeia Taquara		Times da Aldeia Campo do Dia	
Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Esporte Clube Taquara	Esporte Clube Capanema	Esporte Clube Tapixi	Esporte Clube Veríssimo
Esporte Clube Tubarão	Esporte Clube Tubarão	Esporte Clube Atlético Guarani	Esporte Clube Aliança Guarani

Times da Aldeia Pinhal		Times da Aldeia Sede	
Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Flamengo		Esporte Clube Juventus	Esporte Clube Real Indígena
Esporte Clube Pinhal		Esporte Clube São Bernardo	Esporte Clube Geração Indígena
		Esporte Clube Geração Indígena	Esporte Clube Cobra Preta
		Esporte Clube Cobra Preta	Esporte Clube Cobra Preta

Fonte: Elaborado pelos autores.

3.4 Clubes das comunidades

Os clubes das comunidades eram conhecidos como "palheiros", pois eram cobertos com folhas de palmeira. Nesse período inicial, a iluminação era a partir de velas feitas com cera de abelha, e mais tarde passaram a ser utilizados os lampiões de querosene. Até atualmente, os pavilhões são usados para festas e bailes.

Em geral, os clubes têm como estrutura um pavilhão e um campo de futebol. Na aldeia Sede, por exemplo, em meados de 1975, houve a construção do primeiro

pavilhão, e ficava localizado onde atualmente fica o campo de futebol. Em 1993, esse foi destruído, e recentemente foi construído o atual.

Os clubes são espaços de confraternização e reunião comunitária.

3.5 Alto-falantes (rádio comunitária)

A rádio é um instrumento de comunicação dentro da comunidade. No caso da aldeia Sede, é utilizado através de caixa de som e um microfone, por meio do qual, geralmente, fala um membro da comunidade indígena para repassar recados das lideranças para comunidade, avisos de festas, reuniões, missas, recebimento de cestas básicas para as famílias, cronograma de atividades como a presença de atendimento médico e odontológico na aldeia.

Junto disso, na sede do município trabalha como locutor o indígena Gabriel (kaigangue) e o Sulé (guarani), eles fazem programa na rádio Guarani FM, e acabam por serem representantes das etnias nesse meio de comunicação municipal.

3.6 Igrejas

A igreja é a instituição que está presente nas aldeias indígenas desde os primeiros contatos com os brancos. Tinha o objetivo de apaziguar as relações com os indígenas, "amansar" os índios.

A igreja vinha falar de um Deus alheio à cultura indígena, e que representou para esses um choque cultural com sua cultura, seus deuses e suas crenças, diferentes daquele afirmado pela crença cristã. A igreja católica foi a primeira a invadir o território indígena. Atualmente existem várias igrejas de diversas religiões, a maioria de vertentes cristãs.

Na aldeia Sede tem a igreja católica e a mundial e a padroeira é Santa Terezinha do Menino Jesus.

Na aldeia Trevo tem a igreja Batista, Cristianismo Decidido e Católica. E tem apenas um pastor indígena da igreja Batista. A padroeira da aldeia é Nossa Senhora de Guadalupe.

No Taquara tem a igreja Mundial, católica e a padroeira é o Senhor Bom Jesus.

Na aldeia Campo do Dia tem igreja católica e a padroeira é Nossa Senhora Aparecida.

Na comunidade Vila Nova tem a igreja católica e a padroeira é Sant`Ana e São Joaquim.

Na Encruzilhada temos a igreja católica e o padroeiro é o Divino Espírito Santo.

O padre vem de Nova Laranjeiras 2 vezes por mês. As festas das igrejas católicas são sempre no dia do padroeiro, sempre tem a missa celebrada pelo padre e o almoço com churrasco e depois na tarde tem jogos de futebol e a noite tem baile com danças e as demais comunidades sempre participam, trocam visitas.

A igreja Cristianismo Decidido e a igreja Batista tem grupos de jovens,

Os batismos dessas igrejas são um evento, os jovens se apresentam com uma dança específica para esse dia. O dia do Batismo é uma festa, que sempre acontece em setembro, vem caravanas de fora de outras aldeias.

Os adolescentes, jovens e adultos que serão batizados descem no rio Pereira ou no açude próximo a igreja e o pastor faz batismo com a presença da comunidade

A romaria na comunidade indígena kaingang era realizada na sexta – feira à noite. A comunidade do Trevo se reunia, faziam seus pedidos aos santos e seguiam em procissão cantando e rezando em forma de agradecimento aos santos, até chegar à comunidade do Vila Nova, para realizarem a romaria. Todos participavam da romaria, não tinha roupa específica.

Nas comunidades do Pinhal e Lebre não possuem Padroeira, pois nas mesmas há casas de reza.

3.7 Opy (Casa cerimônial religiosa Guarani)

A opy é o centro da comunidade guarani, o lugar mais importante da aldeia, e onde se realizam as curas, os batismos, e os demais rituais sagrados.

O lugar é usado também para as grandes decisões, para cantar os cânticos sagradas e fumar petygua (cachimbo). É onde podem ser ouvidos os conselhos dos mais velhos e aprender todas as coisas da vida guarani.

É onde ocorrem as cerimônias de casamentos e divórcios, bem como velórios. Todas as atividades realizadas passam pela opy, por conta da grande espiritualidade guarani. As cerimônias e encontros acontecem todos os dias e/ou todas as noites, não havendo horários estabelecidos para início ou término destas.

Figura 31. Interior da OPY, apresentação para os visitantes, Tekoa Tapixi, 2018.

Fonte: Acervo NECOOP/UFFS.

3.8 Cantos e Danças Kaingang

Ao longo dos anos, os cantos e as danças foram sendo deixados de lado, sobretudo, após a influência de religiões católica e evangélica. Outro motivo pelo qual os cantos e danças foram sendo deixados está relacionado ao medo com que ocorriam algumas coisas, devido às realizações de alguns rituais os próprios indígenas se comunicavam com o sobrenatural que lhes trazia mensagens do que vão acontecer futuramente, exemplo disso era o ritual do Kikiko celebração da bebida feita com mel pelos indígenas onde depois de consumirem esse tipo de bebida iam para o cemitério cantando em celebração aos mortos, essa celebração era realizado entre os dois clãs kamẽ (marca cumprida) e kanhru (marca redonda). Esse ritual apresentava já um perigo para os indígenas no momento em que voltavam de lá do cemitério não podia ficar a marca do pé na estrada por quais eles passam, se encontrarem a marca do pé de alguém que esteja junto era sinal de que essa pessoa não iria viver por muito tempo.

Outro fator importante também foi a influência da religião logo depois que os indígenas tiveram contato com os cantos e danças dos não indígenas foram deixando de lado os seus próprios cantos e danças. Portanto são poucas coisas que se sabe sobre essas questões, só na atualidade que estão sendo pesquisados pelos jovens como uma forma de revitalização da cultura, mas ainda continua tendo nas comunidades indígenas a forte influência das igrejas.

Porém através de realizações de algumas entrevistas conseguimos trazer algumas informações de danças e cantos indígenas caingangues que constam abaixo:

- Dança do guerreiro: que acontecia quando se matava um bicho muito grande,

valente e veloz para ganhar o espírito do animal.

- Dança da roça: as matas ou as árvores por mais que ainda não estejam aptas para queimar existia uma forma de entoar o canto para pedir aos deuses da floresta para ajudar a queimar aquele espaço onde vão realizar a roça para a plantação

Canto das Marcas Tribais criado pelo grupo Goj Ki Pỹn em Kaingang e Português:

Nẽn kãmĩ ti tĩ ja nĩ (3x)

Rá ror mré rá téj ti (3x)
Ã vyj mré ã no vãn kỹ (3x)
Tỹ ẽg tóg kanhgág nỹtĩ (3x)

Vivia na floresta (3x)
A marca redonda e comprida (3x)
Com seu arco e flecha(3x)
Somos indígenas (3x)
Canto da defesa da terra:
Mũnỹ inh mré ẽg ga to vãsãnsãn já (1x)
Kãtĩn gé já (2x)
Jy nỹtĩn kãn jé (1x)
Ẽg ga vẽ já (2x)
Vamos lutar pela nossa terra mulher (1x)
Venha mulher (2x)
Vamos todos unidos ficar à frente (1x)

Essa terra é nossa mulher (2x)

Cada canto conta com uma posição específica para os mais usados pelos caingangues são fazer o círculo e formar uma fila vertical representando sempre as marcas que prevalecem entre os povos indígenas da etnia Kaingang que é o kamẽ (cumprida) e kanhru (redonda). No entanto, esses cantos que foram citados acima são alguns exemplos dos quais foram trazidos.

3.9 Cantos e Danças Guarani

Quanto às festas tradicionais aí por exemplo é comemorado sempre é uma data aí que sempre ficou marcado desde desde a época que eu, que eu comecei a frequentar a escola é por exemplo, a festa do dia do índio né, na verdade não é só a festa do dia do índio mas a gente comemora também aí a Constituição de 88 né que foi aí uma conquista aí das lideranças que infelizmente hoje a gente tá passando aí por um por

alguns é, por algumas complicações né, devido aí a PL, ao marco temporal, então, né essas, infelizmente é existe um jogo político no meio né e a gente sabe que, que isso vai acabar aí prejudicando né principalmente nóis né, o povo Guarani, os povos aí originários né que são os brasileiros, realmente são os verdadeiros brasileiros que são os povos indígenas, mas enfim são essas as informações que eu gostaria que você é registrasse aí, não sei se você acabou entendendo a min

3.10 Artesanato Kaingang

Figura 32. Artesanato Kaingag, em sua maioria feito pelas mulheres, principal fonte de renda.

Fonte: BANDEIRA, T.J. Rio das Cobras: Imagens do Povo Kaingang, Revista travessias

O artesanato é uma tradição importante para a cultura indígena hoje, sua prática é repassada de geração para geração, mas é desenvolvido principalmente pelas mulheres. A colheita do taquaruçu tem a participação dos homens. A origem de cada artefato hoje comercializado (arco e flecha, cestaria, adornos de enfeite), está nos utensílios utilizados na vida cotidiana dos povos antigos.

O balaio grande era utilizado na prática do trabalho na roça, os menores na coleta de frutos e sementes, a peneira para limpeza do feijão e preparar alguns alimentos, o chapéu usado no trabalho, o arco e flecha usados na caça, os chocalhos usados nas práticas religiosas, tendo como função invocar os espíritos em rituais religiosos. Assim como a peneira era utilizada para retirar o espírito da criança que acidentalmente tenha caído em um rio, para que o espírito não fique na água.

Na origem da história cada figura desenhada nos artefatos representava as marcas tribais. O rá ror (marca redonda) só poderia fazer artesanato com figuras em círculo ou arredondada, já o rá téj (marca comprida) só podia fazer artesanatos com figuras compridas.

Figura 33. Artesanato produzido pelas famílias Kaingang da Terra Indigena Rio das Cobras, em acampamento em Curitiba PR.

Fonte: Brasil de Fato, janeiro de 2022.

A tinta para pintar os artesanatos era extraída de um cipó colhido com as folhas. Esse material era secado e quando as folhas soltavam eram cozidas e soltavam um corante avermelhado, então utilizado no tingimento do taquaraçu para confeccionar os artefatos. Outro produto utilizado para tingir era a cera de abelha. Hoje, as famílias vem usando corantes de cores variadas compradas no comércio.

Com o passar do tempo os indígenas passaram a comercializar os seus materiais de trabalho, que passaram a ser o artesanato indígena.

Esse material é produzido pelas mulheres indígenas, sendo que preparam os materiais, confeccionam e realizam a comercialização na beira das rodovias e nas cidades, tendo uma participação tímida dos homens indígenas. Essa é uma das principais rendas das famílias que usam o recurso para a compra dos alimentos.

A matéria prima principal para a confecção dos artesanatos é o taquaraçu, planta que está em extinção, seja pelo fato de as lavouras ocuparem esse espaço, seja pelo seu uso intensivo pelas famílias e, por não ser da cultura indígena o replantio.

Figura 34. Artesan Kaingang produzindo às margens da BR 277

Fonte: BANDEIRA, T.J. Rio das Cobras: Imagens do Povo Kaingang, Revista travessias

3.11 Artesanato Guarani

O artesanato Guarani é produzido para o próprio consumo. São exemplos dessa produção o cachimbo, os balaios, as peneiras, pulseiras, colares, brincos, entre outros. Geralmente são fabricados para a venda se lhes for feito pedidos.

O artesanato, de certo modo, é praticado por todos os Guarani. No caso da TI Rio das Cobras, pelas aldeias guaranis estarem distantes do fluxo das rodovias, não cultivou-se a cultura da comercialização dessas produção.

O petenguá (cachimbo) é o artesanato mais solicitado, sendo enviado para outras aldeias, inclusive.

Figura 35. Artesanato Guarani, incluindo o cachimbo sagrado.

Fonte: Facebook, ONG Outro Olhar.

3.12 A Morte, os Rituais e o Cemitério Kaingang

Na década de cinquenta os rituais eram obrigatórios pelos líderes, pois na época não conheciam outros rituais como os de hoje conhecem. Em velório, por exemplo, o ritual era feito assim: quando morre um homem ou uma mulher de algum deles ou delas, no caso o homem viúvo passa por vários rituais, primeiro a família do homem o protege do fantasma da mulher morta com um tipo de folha colhida no mato pelos parentes dele, depois esfregam no olho dele (viúvo) pra proteger do fantasma da mulher falecida, também é esfregado no corpo inteiro dele para que se esqueça da sua mulher e também tirar o cheiro dela, em seguida ele é trancado em um quarto em sua casa por vários dias até que esqueça totalmente dela, então estará livre para sair de sua casa e viver normalmente.

A tradição de enterrar as pessoas em um local pré determinado é recente, pois antigamente os indígenas tinham por costume enterrar as pessoas perto de suas casas.

Com o tempo começou a morrer muitas pessoas, a partir de então eles escolheram um local e começaram a enterrar seus entes queridos neste local. Uma tradição importante que o Sr Eurides Paulista relata que quando um dos cônjuges morre o viúvo ou viúva deve ficar em casa isolado dos demais familiares no período de três dias, é passado uma erva no olho para que a pessoa fique sonolenta. Neste período a pessoa deve ficar coberta do lado que o sol nasce. Somente no terceiro dia o viúvo(a) pode sai, porém onde for pisar deve ser jogado ervas para o espírito da pessoa que morreu não volte para atormentá-la. Neste mesmo dia é feito um jantar para o viúvo(a) e seus familiares um dos condimento da comida é um tipo de carvão coletado no mato. Esta comida não é saborosa, mas todos devem comer. Após dois anos do cônjuge estar viúvo(a) o mesmo pode se casar novamente. Esse ritual é conhecido como ritual do Kiki.

Outro costume ritual que era realizado era quando um indígena morre e a família muda a casa ou a porta de lugar, para que o espírito não volte. Mas o Sr Eurides Paulista relata que nos dias atuais não é feito esses rituais, porque com o passar do tempo os costumes antigos se perderam.

Quando morria um familiar, não era feito um buraco para enterrá-lo, eram colocado embaixo de folhas secas onde havia muitas árvores. Muitas vezes se pensava que aquela pessoa estava morta por causa de uma doença que ela tinha então era feito esse ritual. Mas muitas vezes a pessoa sarava de sua doença e voltava para casa, muitos acreditavam que o morto havia ressuscitado.(Arvelina Adriano Bonifacio)

Quando um ente querido morre e o parente do falecido fica doente muitos acreditam que o espírito quer levar ele junto. Outra crença é que o casal não pode brigar porque senão esse ente querido vem buscar a criança. Essas são crenças que ainda estão presente na comunidade. Muitas vezes esse espírito se manifesta em forma de assobio.

Na terra indígena tem cemitérios na aldeia Sede, no Campo do Dia e no Pinhal, os guaranis enterram seus mortos juntos com os kaigangs. Os velórios são realizados nas igrejas e nas casas. Segundo Neoli a única festa comemorada antes de haver a festa do dia do índio era a festa dos mortos. A mesma era realizada pelos indígenas, quem queria se comunicar com um parente morto pintavam-se com a sua marca (kamé e kairu), tomavam uma porção feita quatro dias antes a base de milho e mel que tinha efeito alucinógeno e entravam na dança com o som do chocalho que invocava os mortos, quem conduzia o ritual era o Kujá. Para diferenciar os mortos dos vivos se identificavam pelas marcas tribais.

3.13 Semana Cultural

Segundo o Sr. Eurides Paulista e o Professor Lucas Vãnkóg Tavares não existia a festa do dia do índio, ou seja, essa data não era comemorado antigamente, foram os brancos - Fóg como eles falam que inventaram aí então se tornou essa tradição.

A festa acontece todo ano no dia 19 de abril, a comida e a bebida é doada por convênios através da prefeitura municipal de Nova Laranjeiras e associação comunitária da aldeias, e também pessoas que querem ajudar a comunidade.

A festa inicia-se no início da semana e acontece a semana toda, nesses dias são feitos jogos, brincadeiras, gincanas e danças indígenas com a colaboração e organização dos professores de todas as escolas e equipe da Sesai (saúde indígena) da aldeia Rio das Cobras.

A Semana Cultural indígena acontece na aldeia Sede, as demais aldeias vão para lá. As escolas fazem apresentação de teatro, danças, grande parte são fora da cultura. As comidas típicas também são apresentadas durante a semana: ẽmĩ (bolo azedo), ẽgóro (verdura do mato), rãgró pér (vagem), pẽnĩgru (feijão grande), mẽnhu (pixé), tãnhjũn (palmito), nàr (varana), kajika (canjica), gròngròn/ fẽnju (coró de palmeira), vuga (coró de taquara), kó (banana de mico), etc. As professoras indígenas que fazem a alimentação.

Os jogos e as brincadeiras são outras práticas realizadas durante a semana cultural, são eles: Corrida com tora – os corredores carregam uma tora de madeira no

ombro por uma demarcação, quem chega primeiro e o ganhador, homens e mulheres participam.

Tiro com arco e flecha – homens e mulheres participam desse jogo.
Luta corporal – ganha quem consegue derrubar o adversário, homens e mulheres participam desse jogo.

Tiro de lança – o ganhador é o que consegue jogar mais longe.
Cabo de guerra – em grupo Jogo de Futebol. Na festa do índio as pessoas de fora da aldeia também são convidadas, principalmente as autoridades dos municípios, as escolas de fora da aldeia também vem visitar a aldeia durante essa semana. É cantado o hino nacional na língua kaigang. Durante a semana tem baile na sexta e no sábado e durante o baile é escolhido o casal indígena mais belo. São convidados pessoas de fora da terra indígena, professores da universidade para avaliar o casal.

A festa é um importante evento dentro da aldeia indígena.

3.14 Jogos e Brincadeiras na Terra Indígena Rio das Cobras

Os jogos e brincadeiras tradicionais entre as crianças kanhgág geralmente são atividades corporais voltadas à ludicidade, onde o principal objetivo é a socialização e o divertimento.

Antigamente as brincadeiras das crianças eram caçar passarinhos com cetras e brincar de boneca (mũnẽka) com espiga de milho, eles mesmos produziam seus brinquedos. E, segundo o os mais velhos, as brincadeiras dos adultos eram nas raias de cavalos (kãvãru ag pétẽ), ali apostava corridas e as pessoas que assistiam e apostavam em determinado cavalo.

Muitas das atividades corporais realizadas no passado ainda são praticadas, no entanto com outras significações, temos como exemplo entre as crianças o tiro com arco e flecha, pois esses instrumentos que no passado eram usados na caça hoje são usados nas atividades recreativas. As crianças criam com alguns objetos os alvos e ficam atirando com o arco e flecha e, quem acertar mais alvos ganha (vyj tỹ pẽg kỹ nén ũ kutẽm sór. Numa variação da brincadeira as crianças tentam acertar uns aos outros com as flechas (vyj tỹ jagnẽ pinpin), essas flechas são feitas de galhos pequenos, verde e leves para não ter o perigo de ferir.

Outra prática comum entre as crianças nas aldeias é subir nas árvores (ka to jãgpry). Elas brincam de vários tipos de pega-pega em cima das árvores (ka kri jagnẽ

kugmĩ sór) com as regras dinamicamente estabelecidas entre elas. A coleta de frutas pelas crianças, jovens e adultos cria uma forma de competição, organizada em forma de brincadeira. Aquele que consegue coletar mais frutas (kakanẽ génh ki jagnẽ kã fãn), que pode ser individual ou com divisão de grupos são vencedores e ao final todos se juntam para comerem o que coletaram.

As brincadeiras nos rios também estão muito presentes na vida dos indígenas, nos dias de calor, independentemente da idade eles vão até o rio para brincar na água e se refrescar, assim se divertem e repoem as energias. Na água elas bricam de pega-pega (jagnẽ kugmĩ sór). Outra é competição que elas gastam muito tempo é ficar imersos embaixo da água (pun ke kỹ jagnẽ kãfãn) e a disputa de nadar a maior distância (mro ki jagnẽ kãfãn).

E, existe uma brincadeira chamada de nãgnãr realizada em dias de chuva quando os rios estão bem cheios, nessa brincadeira os participantes vão até uma ponte e pulam no rio bem cheio e deixam a correnteza os levarem até o ponto que eles mesmos decidem se vão continuar ou parar e, para conseguir sair d'água é outro desafio, pois com a correnteza forte fica mais difícil de nadar, nessa brincadeira quem dita as regras é o próprio rio.

O ki rẽgrẽg, é uma brincadeira onde os participantes criam diferentes tipos de pular no rio, essa mesma brincadeira tem sua variação em que um dos participantes pula no rio de uma forma e os outros tem que pular igual ao que ele fez. Outra brincadeira é a luta na água (goj kãki rárá) que começa com dois participantes dentro do rio e um tenta derrubar o outro fazendo com que ele mergulhe por completo.

O goj ki jagnẽ fón sór, é uma brincadeira que começa fora da água cujo o objetivo é jogar no rio o grupo oponente, vence quem fica fora da água.

Outras brincadeiras tradicionais como o jogo da peteca, onde forma- se uma roda e a única regra é não deixar a peteca cair no chão, todos podem participar independentemente da idade e sem o número limite de participantes. As crianças confeccionam a peteca com a palha e penas de aves, escolhem as penas mais bonitas e coloridas.

Muitos jogos e brincadeiras dos Kanhgág de Rio das Cobras tem como principal ferramenta o próprio corpo ou quando a brincadeira necessita de algum outro tipo de instrumento eles mesmos que produzem, no entanto existem também os brinquedos adquiridos nas cidades, que acaba chegando as crianças, com menos frequência e são menos atraentes.

Figura 36. Jogos culturais do mês de abril.

Fonte: Acervo das autoras.

3.15 RITUAIS

Os rituais fazem parte da cultura, há décadas os mais velhos (kófa), para os Kanhgág, cultivam todos os saberes indígenas e repassam para os mais novos, existem vários tipos de rituais contados pelos kófa. Existem rituais, tais como: Para ser um bom caçador precisa fazer massagem com os pés do tigre. Para fazer artesanato mais rápido o ritual é, queimar as tiras da taquara e quando soltar fumaça estende- se as mãos em cima dessa fumaça e começa a realizar massagens. Esses são alguns dos rituais contados pelos kófa, essas histórias são muito importantes na vida dos Kanhgág, representam memórias da história que mantém viva a cultura e a identidade dos indígenas.

Figura 37. Pinturas corporais para apresentação de danças.

Fonte: Facebook do coletivo da juventude Goj Ki Pyn .

A história do kiki contado pelo meu pai Olegario Gojtánh Bernardo:

Outro ritual cultivado na entre os kaigangs é o kiki, que consiste em um culto aos mortos. Ele ocorre da seguinte maneira: Primeiramente fazemos um coxo, o rá téj (marca comprida) junto com o rá ror (marca redonda), os dois (rá ror e rá téj) precisam trabalhar juntos e encontrar o pinheiro grosso. Quando esse pinheiro é encontrado o kujá faz um ritual em volta antes dele ser cortado. Enquanto os outros buscam o mel e fazem armadilhas para os pombos, para utilizar as penas, as mulheres fazem a canjica e depois de cozido começam a mastigar e colocar no coxo junto com mel e água, após as rezas dos kujás em volta do pinheiro, todos participam dessa reza, principalmente os viji kóreg (conjunto de nomes que representam os pobres). O viji kóreg toma um banho com mel e os viji há (conjunto de nomes ricos) jogam penas de pomba em todo seu corpo. E fica parecida com um animal, deve ficar aparecendo apenas os olhos e a boca. Após isso acontece a beberagem e a ida para o cemitério. Nesse momento o kujá chama o espírito, essa ida ao cemitério acontece pela madrugada. Depois seguem as danças que ocorrem até amanhecer. A volta para casa também é cercada de danças, cânticos e rezas.

Após isso, o kujá precisa retornar ao cemitério na parte da tarde para reconhecer a pegada deixada por uma pessoa. Todos que participaram do ritual são chamados para colocar em cima da marca do pé que apareceu no cemitério. Se algum pé se encaixar naquela pegada o mesmo terá que ir com o espírito, ou seja, a pessoa morre independente se este for rá ror ou rá téj.

A partir da década de 1940 com a presença do SPI (Serviço de Proteção ao Indio) no interior das TIs Kanhgág, esses rituais foram gradativamente abandonados com a pressão dos não indígenas, sob a alegação que esses rituais apresentavam risco aos indígenas.

Com a perda dos nossos kófa essas histórias foram desaparecendo, atualmente registros dessa contação de história kanhgág é muito importante para que no futuro as crianças conheçam a sua própria história.

Dentre os rituais preservados na cultura kanhgág estão: rezas dos kujá nos velórios, ritual para ser forte e guerreiro, reza em volta das casas para tirar o espírito mal, e, também a mistura das crenças católicas com alguns rituais kanhgág (festas realizadas em devoção aos santos).

Dentre os Guaranis o rituais de Batismo são praticados constantemente em várias épocas do ano. O batismo das águas acontece no mês de janeiro; O Batismo da erva mate que marca o início do ano no calendário guarani, acontece no final do mês de agosto que é chamado de Arapyau (ano novo e renovação). Também ocorre o Batismo

do mel, realizado na colheita do milho.

3.16 Calendário

Assim como alguns povos, os indígenas têm uma maneira própria de marcar a passagem do tempo. Para alguns povos indígenas a passagem do tempo está relacionada com a agricultura e fenômenos naturais, como o frio e as chuvas. Eles associam cada mês com algum acontecimento.

Os povos indígenas não tem uma teorização ou um calendário padrão pronto ou impresso, o conhecimento e a utilização do calendário eles adquirem foi transmitido pelos mais velhos, que foram passando de pai para filho, de avô para neto, e assim eles passam de geração para geração. Esses costumes são transmitidos de forma oral e por ensinamento na prática

Os indígenas são povos agricultores, o calendário serve para que os indígenas saibam quais atividades devem ser executadas em cada época do ano. Para orientar a melhor época de plantar, colher. Sobretudo, em algumas técnicas de plantio como a coivara (agricultura de corte e queima da mata antes do plantio) bastante conhecida pelos povos Indígenas. O calendário está organizado conforme as fases da lua, alguns meses correspondem algum tipo de alimento que será plantado na aldeia conforme suas necessidades.

Entre os povos que utilizam as fases da lua para plantar, havia a observação da influência dela na produção e na qualidade do que se está plantando. Por exemplo, na lua crescente é favorável para o plantio de flores e colheita de verduras. Na lua cheia é bom para caçar e pescar, na minguante é a melhor lua para plantar, pois eles dizem que o alimento não estraga, não caruncha, e na lua nova é desaconselhado a plantar, pois os alimentos têm baixas resistências às pragas.

A produção e o cultivo da terra ocorrem quase o ano todo, exceto no inverno, quando as condições climáticas não favorecem o plantio e a colheita.

No quadro elencamos alguns cultivos e os referidos meses onde são plantados.

Mês	Atividades e acontecimento
Janeiro	Época para plantar batata doce, feijão e milho. É chamado de plantio do tarde. Época que está colhendo os alimentos que planto no plantio do cedo; Soja, Feijão, milho e batata doce.
Fevereiro	Não se plantam nada época de colheita de feijão é milho
Março	Colheita de feijão, milho, batata doce
Abril	*Época que se começa a colheita do pinhão.*
Maio	Colheita de alimentos plantados em janeiro.
Junho	Não se planta

Julho	Não se planta
Agosto	Época de plantar melancia
Setembro	Plantio de soja, mandioca, melancia.
Outubro	Plantio de Feijão e batata doce, verduras, melancia, soja e entre outras coisas que eles plantam conforme a necessidade.
Novembro	Colheita de milho e plantio de cana.
Dezembro	Colheita do mel e plantio de mandioca.

Fonte: Desenvolvidos pelos autores a partir das histórias contatadas.

Na cultura Kaingang eles gostam de plantar feijão e milho. No mês de agosto na lua cheia, plantam feijão, mandioca e milho. No mês de novembro na lua minguante, plantam batata doce.

3.17 Moradias

Na terra indígena Rio das Cobras a maioria das casas são feitas de alvenaria, mas por uma questão cultural são feitas paralelamente casas de madeira e chão batido com cobertura de taquara.

Conta a senhora Arvelina Adriano Bonifácio, 105 anos, nascida e residente na Sede da Aldeia Rio das Cobras que as moradias antigas eram feitas com o cercado de madeiras (galhos de árvores) retiradas da mata, a cobertura era feita com taquara destalada e coberta com folhas de palmeira e amarrada com cipó.

Figura 38. Casa na aldeia Pinhal.

Hoje as casas são de alvenaria, feitos pelos projetos de governo e madeira serrada, muitas famílias têm a cozinha de chão que e uma casa separada da casa da família, onde é feito o fogo de chão, são preparados os alimentos, o fogo aquece nos dias de frio, reúne a família, os mais velhos fazem o artesanato na cozinha de chão. O fogo é usado para secar a taquara. Ela reúne os membros da família e os parentes mais próximos. Na maioria das vezes na casa mora a família toda, pais, filhos, sogra, sogro, sobrinhos e netos.

As casas não são propriedades privadas, quando os indígenas vão embora as

casas são repassadas a outras famílias. Cada aldeia define regras para uso das casas, caso não sejam cumpridas as regras o cacique pode tirar a casa.

No passado, antes das casas em superfícies, os indígenas Kanhgág habitavam em casas circulares escavadas na terra, ou seja, os ancestrais viviam em casas subterrâneas.

Com o tempo os Kanhgág passaram a morar em habitações em superfície, construindo grandes casas. Uma das descrições sobre essas construções dos Kanhgág é a que faz o viajante inglês Thomas Bigg-Wither, falando de sua visita aos Kanhgág habitantes do alto Ivaí (na região do atual Posto Guarapuava, no centro do Paraná), na qual ele descreve:

> Guiados pelo próprio cacique, visitamos todas as palhoças, em número de quatro. Essas palhoças eram retangulares no plano, embora fossem de tamanhos diferentes, todas de largura e altura uniformes, sendo a largura de 15 pés19 . A maneira de construir era peculiar e de difícil descrição. A armação consistia de vergônteas verdes, com um comprimento de 16 a 18 pés, enfiadas no chão num espaço de 2 pés entre uma e outra, em duas linhas paralelas, com uma distância de 15 pés. Estas vergônteas, nas palhoças prontas, eram curvadas em direção uma da outra, até que as pontas se encontrassem. Nesta posição eram amarradas a um pau que servia de cumieira, colocado em cima, ao comprido. Havia outros paus, servindo de sarrafos, amarrados, horizontalmente sobre as vergônteas curvadas. A coberta era de folhas de palmeira, que vinham desde a cumieira até o solo. As duas extremidades da palhoça eram tapadas com uma armação de varas de bambu, também cobertas de folhas de palmeira. A diferença estava em que, enquanto os lados eram curvos e formavam o telhado e a estrutura principal da palhoça, as extremidades eram de paredes retas, sem serem absolutamente necessárias como sustentáculo do resto da estrutura. Havia em cada lado uma abertura estreita para entrada e saída, coberta de folhas de palmeira, de maneira tal que, ao entrar ou sair uma pessoa, a única coisa a fazer era puxá-las para um lado.(BIGG-WITHER [1878], 1974, p. 142).

Na Terra Indígena Rio das Cobras, em meados de 1990, a maioria das casas eram de pau-a-pique, cobertas de folhas de coqueiro ou sapé. A partir dos anos 2000, encontramos casas feitas de madeira, em seguida vieram as primeiras construções em alvenaria, fruto de um projeto habitacional do governo beneficiando várias famílias, essas casas tinham 5 repartições (2 quartos, sala, cozinha e banheiro). Com o tempo as casas passaram a ter janelas de vidraça. As últimas construções dessas casas do governo são diferentes das anteriores, contendo 4 repartições (2 quartos, 1 banheiro, sala e cozinha conjugados).

Além dessas, encontramos também as casas construídas em madeira feita por

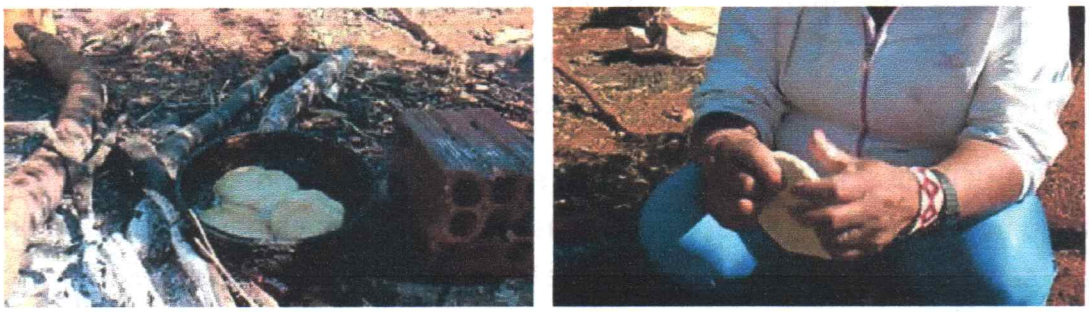
conta da família, para isso as famílias compram nas cidades os materiais necessários ou utilizam as madeiras tiradas dentro da aldeia. Essas casas são feitas em diversos tamanhos conforme o número de pessoas que irão habitar.

Assim, aos poucos as casas com chão batido que serviam como habitação dos Kanhgág nos tempos de hoje vão dando lugar às casas com assoalho, no entanto a maioria das famílias ainda constroem essas casas de chão batido chamadas de casa do fogo, pois nessa casa é feito o fogo de chão, onde as famílias e visitas podem se reunir para conversar, fazer refeições, se esquentar em dias de frio, etc,. Assim, na Terra Indígena de Rio das Cobras ainda continuam a construir a casa tradicional, ainda que com tamanho reduzido e utilizando outro tipo de materiais, mas mantendo sua função primária de reunir familiares ao redor do fogo.

3.18 Alimentação

Entre os Guaranis a maior parte da alimentação é feita de milho, seja verde ou seco (mbojape, kaguijy,mbyta, avxiku'i, hu'ixî, etc).

Figura 39. Preparo do xipa espécie de bolinho feito de trigo.



Fonte: Pagina do Facebook ONG Outro Olhar.

Figura 40. Preparo do mbojape alimento a base de milho.

Fonte: Pagina do Facebook ONG Outro Olhar.

Entre os Kanhgág da Terra Indígena de Rio das Cobras a alimentação típica está bem presente entre os mais velhos, estes que buscam passar o conhecimento sobre a culinária aos mais jovens.

Figura 41. Alimentação é um hábito coletivo entre as famílias Kaingang.

Fonte: Acervo dos autores

Entre os principais alimentos consumidos, estão o milho que pode ser consumido cozido ou assado na brasa, também estão aqueles alimentos à base do milho como o bolo azedo (ẽmĩ) que pode ser preparado de várias formas:

ẼMĨ JÓNHKY/ ẼMĨ MRO- se o milho estiver muito seco precisa debulhar e deixar de molho no rio durante 3 a 4 semanas, passado- se essas semanas retira o milho do rio, em seguida faz- se a limpeza para retirar a sujeira acumulada do milho, deixa secando por algumas horas para depois socar no pilão ou no monjolo de pé. ẼMĨ RANRÁR- nesse processo o bolo é feito com o milho verde, onde assim que o milho é colhido as mulheres começam a ralar e esperam dois dias para ele azedar ou pode ser consumido na hora. ẼMĨ KRAKRÁV- também feito com o milho verde, onde se corta os grãos da espiga com uma faca, em seguida soca no pilão ou no monjolo e espera- se até o dia seguinte para azedar e ser consumido. ẼKÓR- nesse processo utilizamos o milho bem seco, deixando de molho no rio por 60 dias até os grãos ficarem bem moles, passados esses dias retira do rio, faz a limpeza e em seguida soca no pilão ou no monjolo a quantidade suficiente que será consumida naquele dia o resto dos grãos são guardados em um cesto. ẼMĨ KAJÃ- feito com milho pururuca (krág tỹ gãr), nesse processo colhe- se o milho, debulha, soca no monjolo, deixa reservado num cesto forrado com caeté, espera- se umas horas para azedar e está pronto para o consumo. O bolo azedo pode ser assado de várias formas (ẽmĩ tygténh, ẽmĩ rón, ẽmĩ kãpug, ẽmĩ jẽngag, ẽmĩ tótor).

Bolo (Ẽgjẽgá)- feito com milho cozido. Debulha a espiga de milho, cozinha os grãos até ficarem bem moles, em seguida soca no pilão e está pronto para degustação.

Canjica (kajika)- a canjica pode ser feita com milho amarelo ou milho branco (gãr nĩ), nesse processo o milho é debulhado, socado no pilão misturado com um pouco de cinzas para sair o farelo do milho. Também é feita uma bebida à base da canjica (kyfe), onde faz- se a limpeza das cinzas e em seguida as pessoas mastigam a canjica (pessoas com dentes fortes e sem cáries preparados desde crianças), colocam a canjica mastigada dentro de uma panela com água fervendo, esperam azedar e está pronto para ser consumido.

Farinha de milho torrado/pisé (mẽn-hu)- pode ser feito com qualquer tipo de milho, onde debulha o milho, em seguida coloca um pouco de cinzas na caçarola leva ao fogo e acrescenta os grãos de milho, fica mexendo sem parar para evitar que queime. Assim que os grãos ficam bem torrados, soca no pilão, vai peneirando até virar uma farofa, pronta para o consumo. Com essa farofa fazemos o mingau no caldo de caça ou galinha caipira.

Temos também na culinária tradicional Kanhgág as verduras do mato (ẽgóro): Nár (varana), pyrfé (ortigão), pého féj (folha de abóbora), fua (fuá), tãnhjũn (palmito), kamrĩ- ka kugnãj nĩgrẽg (cogumelo de pijuca/ urupê), kumĩ (mandioca brava), basicamente o preparo dessas verduras é o cozimento.

A caça também compõe a culinária indígena, assim como a pesca e a coleta de frutos e uma determinada espécie de larvas.

Na caça temos os mamíferos e as aves. Entre os mamíferos encontramos o tateto (ógsã), veado (kãme), tatu (tatu pẽ), quati (se), porco do mato (krág), cutia (kysóg) e anta (ójor). Já na caça das aves temos, a pomba (sórãg), jacu (kã'y), tangará (sójó), pynpyr, krónhkrój, inhambu (né), saracura (pẽnfág), entre outros. Muitas aves servem para o consumo, no entanto, foram descritos aqui as aves maiores, mas existem também as aves que não servem como alimentos, como o curucaco, urubu, gavião, etc. Para a caça utilizava- se antigamente o arco e flecha, a lança e as armadilhas, no entanto hoje em dia para a caça de animais mamíferos é utilizado a espingarda e para a caça das aves utilizam-se o estilingue e ainda as armadilhas (ẽgje).

E na pesca encontramos nas águas do Rio das Cobras o cascudo (von), bagre (ryn), araíra (gro), lambari (fẽr kusũg), caranguejo (jógé), krepér e fóvỹnh. Para conseguir os peixes os Kanhgág de antigamente utilizavam a armadilha chamada de pãri, essa armadilha é feita de taquara. Hoje em dia a maioria utiliza o método

convencional da pesca (vim ke), outro método muito utilizado é o chamado ẽg jẽmĩ, onde a pessoa entra no rio e procura os buracos abertos pelos peixes, encontrando um buraco a pessoa começa a enfiar a mão à procura do peixe, assim que a pessoa percebe o peixe ela rapidamente puxa o para fora do buraco e do rio, esse método pode ser realizado durante o dia, mas é durante a noite que se consegue mais peixes. Temos também o jirãg, onde leva-se até o rio que não tenha muita correnteza um lençol e duas pessoas seguram as extremidades desse lençol começando a passar/arrastar dentro da água, começam a subir o lençol lentamente até a superfície e com isso conseguem pegar os peixes menores.

Figura 42. Alimentação coletiva, indígenas Kaingang, TI Rio das Cobras, 2022.

Fonte: Acervo de autores.

Figura 43. Alimentos dos Indigenas (peixe e farinha) TI Rio das Cobras,2022.

Fonte: Acervo de autores.

O Coró de Palmeira é outra alimentação típica. A coleta de larvas é geralmente de dois tipos diferentes, o fẽnju/grón-grón (coró de palmeira) e vuga (coró de taquara), temos uma variedade no modo do preparo, que pode ser assado na brasa, frito (sem utilizar nenhum tipo de óleo, porque ele mesmo solta sua gordura), utilizar a taquara para assar, tostado em uma panela.

Figura 44. Coleta de nozes para alimentação.

Fonte: Facebook do coletivo da juventude Goj Ki Pyn .

Figura 45. Mulheres indígenas coletando nozes na TI Rio das Cobras, 2022.

Como vimos, a alimentação indígena é vasta e diversa, sendo que boa parte é cultivada, mas também a coleta é proveniente da caça e da pesca. Com o avanço das lavouras convencionais de soja e milho muitas roças se tornaram pouco produtivas, a caça e a pesca estão cada vez mais escassas. A dificuldade de produção está cada vez mais difícil, o que obriga os indígenas a buscar fora coisas que antes produziam ou encontravam em suas terras.

PARTE 4. PROBLEMAS SOCIAIS

Ao desenvolver um material que procura apresentar a realidade de um território não pode-se deixar de apresentar também suas contradições, uma vez que esse material se destina a colaborar para construção de planejamentos do cotidiano escolar. Assim, torna-se ainda mais valioso conhecer e discutir os processos contraditórios, na busca pela sua superação, uma vez que entendemos que a escola tem o papel fundamental de ajudar o sujeito a agir sobre sua realidade. Dessa forma esse capítulo intitulado problemas sociais, trata de apresentar de modo bem sucinto os principais problemas que são recorrentes da comunidade, no intuito de conhecer para que coletivamente a escola construa alternativas a esses problemas. O capítulo está dividido em cinco porções que tratam de problemas relacionados ao contexto ambiental, social, cultural entre outros, destacados no texto a seguir.

4.1 Desmatamento, lavouras e arrendamento

O desmatamento é um dos principais problemas ambientais da atualidade, que leva a impactos da biodiversidade, poluição do ar, assim como no contexto social em especial na vida das pessoas que dependem dos benefícios que os recursos naturais oferecem, como é o caso das populações indígenas. Entre as práticas que mais afetam o desmatamento nas TI Rio das cobras podemos dizer que são as queimadas, uma prática bastante comum no modo de fazer agricultura indigena, no entanto com o processo de demarcações e restrições de áreas fazer uso de queimadas tornou-se um problema uma vez que a natureza não tem tempo hábil de se recuperar antes que a mesma área seja utilizada novamente.

Além da questão das queimadas tradicionalmente desenvolvidas pelos indígenas, ainda tem-se um agravante que tem levado ao avanço do desmatamento, que é a ocupação e arrendamentos das terras indígenas para produção de monoculturas, principalmente da soja. Esse avanço da monocultura sobre terras indígenas tem provocado também um avanço do desmatamento, principalmente nos locais onde se concentram as comunidades o que consequentemente em Rio das Cobras provoca a diminuição da área de produção do taquaruçu e do bambu, a principal matéria prima para cobertura e paredes de casas trançadas da cultura Guarani. Além disso é também matéria prima para confecção dos artesanatos Kaingang que em alguns casos é a principal fonte de renda das mulheres artesãs.

Importante retratar que embora o desmatamento tenha sido recorrente nessas comunidades inclusive pela própria condição de vivência marginalizado, a Terra indigena Rio das Cobras ainda se configura como um importante espaço de

preservação, de mata e biodiversidade se comparados às áreas não indígenas do território abrangente, conforme podemos visualizar na figura 46 a área mais escura dentro do contorno da TI.

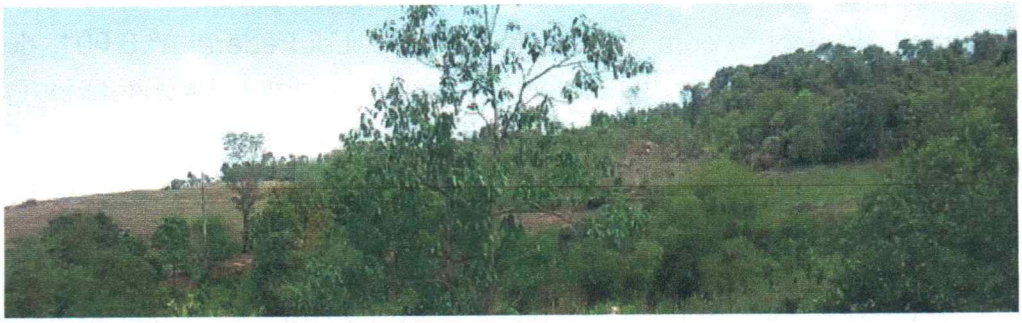
Figura 46. Área de Terra Indigena Rio das Cobras no Google Maps imagens outubro,2021.

Fonte: Google Maps outubro de 2021.

Parte do processo de desmatamento recorrente na TI Rio das Cobras deve as lavouras, que são as áreas utilizadas para cultivo, normalmente de feijão e milho, de forma parecida com o roçado, sem utilização de agrotóxicos, para o próprio consumo das famílias. No entanto, com o avanço do capitalismo e do agronegócio também no contexto de vivência do indigena essas lavouras não são mais suficientes para o sustento das famílias. Assim, atrelado a condição social e a pressão vinda de fora das comunidades, as pequenas lavouras vão se misturando há áreas de terra mecanizadas arrendadas para não-indígenas, normalmente para produção de soja, com a utilização de agrotóxicos. A ampliação das áreas de lavouras, acarreta o desmatamento, na perda das comidas típicas encontradas na natureza, ocasiona erosão do solo, contaminação das águas entre outros impactos ambientais, sociais, culturais e políticos.

A prática de arrendamento não é realizada por toda a comunidade, trata-se de uma minoria de indígenas das aldeias. Cabe pautar assim que para os arrendatários, essa prática representa ganhos financeiros no curto prazo, mas ocasiona na divisão entre os sujeitos que recebem esses recursos e aquelas famílias que não realizam o arrendamento.

Figura 47. Foto de agrofloresta dos indígenas Guaranis Tekoa Tapixi, contrastando ao fundo uma lavoura de soja proveniente de arrendamentos das terras indígenas.



Fonte - acervo NECOOP /UFFS

4.2 Coleta seletiva de lixo

As mudanças de hábitos cada vez mais têm levado a humanidade a se distanciar da natureza, isso se dá também nas aldeias indígenas. De acordo com Cornélio et all (2019) um dos principais fatores da aculturação indigena é a forte presença do não indigena, exemplo disso na TI Rio das Cobras é perceptível a influência de hábitos não indígenas nas populações. Os indígenas estão submetidos à utilização e consumo de produtos com embalagens e descartáveis, o que impacta na mudança de hábitos alimentares, na dependência de alimentos de fora da comunidade e consequentemente impacta na geração de resíduos dentro das comunidades. Aliada a essa questão, na maioria das vezes os resíduos são descartados no ambiente ou queimados, sem haver um local adequado para tal ação.

Embora o indigena esteja fortemente aculturado e dependente do modo produtivo urbano com geração de resíduos, nas comunidades não há um trabalho de como organizar esses resíduos uma vez que a coleta de lixo é deficitária e ocorrendo somente nas escolas e no posto de saúde, ou seja nos demais pontos das comunidades não ocorre a coleta o que fortalece a questão de queimar enterrar ou ainda pior algumas famílias acabam por jogar nas matas e rios dificultando ainda mais a decomposição desses materiais.

4.3 Alcoolismo

O consumo de álcool entre diferentes populações indígenas de acordo com Burato (2013) é um hábito ancestral usado principalmente em ocasiões especiais. No entanto, o abuso do álcool provoca doenças, deficiências e morte dos usuários. O alcoolismo passou a categoria de doença a partir da 8ª Conferência Mundial de Saúde em 1967, quando foi incorporado pela Organização Mundial da Saúde - OMS à

à Classificação Internacional das Doenças (CID-8). O alcoolismo, além de causar deficiências, é considerado o principal problema de saúde entre as populações indígenas.

No Brasil, de acordo com o Estatuto do Índio, Lei Federal nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, Art. 58 - Constituem crimes contra os índios e a cultura indígena: III – propiciar, por qualquer meio, a aquisição, o uso e a disseminação de bebidas alcoólicas, nos grupos tribais ou entre índios não integrados. Pena - detenção de seis meses a dois anos."

No entanto, mesmo sendo proibido propiciar bebidas alcoólicas às populações indígenas, esse é um fenômeno preocupante e crescente entre as populações indígenas que vivem na TI Rio das Cobras. De acordo com inventário da realidade levantado pelas escolas, entre as lideranças indígenas no passado haviam regras e normas mais rígidas em questões que envolviam o consumo de álcool na terra indigena. Porém na atualidade outros fatores, como desemprego, dificuldades, falta de oportunidades e perspectivas, fazem dos jovens a faixa etária que mais sofre com esse problema. O consumo de álcool além de afetar diretamente as famílias envolvidas, gera uma imagem generalizada e estigmatizada em relação a toda comunidade, uma vez que alguns indígenas circulam nas rodovias e cidades da região consumindo álcool.

Cabe pautar que as lideranças, junto da equipe de saúde, têm realizado trabalhos de prevenção e conscientização sobre os problemas causados pelos alcoolismo. Entendemos aqui que a escola também deve assumir seu papel de ajudar o sujeito a entender o mundo na perspectiva de superar as contradições vividas nas comunidades.

Antigamente os indígenas da etnia Kaingang da Terra Indígenas Rio das Cobras não tinham o costume de consumir muito a bebida alcoólica e naquela época só as pessoas de mais idade bebiam quando voltavam da roça, mas com o passar dos tempos foram ocorrendo transformações que gerou transformações no modo de viver do indigena que passa sofrer influências da sociedade moderna e com ela os problemas dessa sociedade, ligados à depressão e outros fatores que levam ao aumento do consumo de bebida alcoólica.

Nos tempos atuais percebe – se que os mais jovens passaram a consumir bebida alcoólica tanto os meninos quanto as meninas, o índice aumentou mais entre o sexo masculino pois alguns se viciaram na bebida e passam dias nas cidades só para ter acesso ao álcool e isso se torna um dos maiores motivos para evasão escolar, por mais que existam regras no interior da terra indígena, esse problema tem sido crescente.

No passado perdíamos a vida das pessoas de mais idade nas BRs que passam no meio da terra indígena, porém com essa mudança que veio a tona passamos a perder a vida dos mais jovens. O consumo da bebida alcoólica termina com os sonhos de vários jovens, muitos deles têm sonhos interrompidos ao longo das suas vidas. O vício é tão rápido entre essa juventude indígena, o organismo deles é muito fraco para lidar com isso.

Antigamente as regras impostas pelas lideranças eram mais rígidas onde não podia existir separação entre os casais, a maioria das crianças que são jovens dos tempos atuais se conformaram com esse tipo de visão que os mais velhos tinham naquela época, então um dos fatores que aumentou o consumo de bebida alcoólica entre a juventude Kaingang seria o fator psicológico vindos da separação das famílias pois muitos não conseguem lidar com essa mudança que ocorre ao longo dos anos, onde agora a separação entre os casais são permitidos desde que ambos cumpram as penas concedidas das lideranças.

Outro fator muito importante a ser destacado seria a influência dos meios de comunicação que exalta as propagandas do consumo de bebidas alcoólicas, como se tomar álcool solucionasse os problemas das pessoas, no passado os mais velhos não tinham nem acesso aos meios comunicação por isso o consumo de álcool não era muito grande entre as comunidades indígenas, muitas famílias conscientizam o risco que a bebida oferece aos seus filhos, mas esses pais não estão ao lado dos seus filhos o tempo todo, muitas vezes é a palavra dos pais contra os meios de comunicação.

4.4 Saúde Indígena

A saúde da população indígena deve ser tratada de forma a considerar o processo histórico de colonização e contato com os colonizadores. Além da violência física, as doenças e as mudanças culturais afetaram e dizimaram muitas etnias e comunidades indígenas no país. Para Mineiro (2017) esse tema vem ganhando espaço nas discussões sobre a situação dos povos indígenas do nosso país, e mais especificamente sobre suas condições de saúde, diz respeito à alimentação e nutrição desta população brasileira. Onde é notório o aumento de problemas nutricionais e de doenças ligadas à má alimentação como a diabetes e hipertensão arterial, os quais são considerados um dos males adquiridos no processo de integração a sociedade não-indígena.

Segundo Mendes; Leite; Langdon e Grisotti (2018), no Brasil, alguns marcos legais constituem a preocupação com a Saúde indígena, a exemplo da Constituição Federal de 1988 e a 1ª Conferência Nacional de Proteção à Saúde Indígena (CNPSI),

realizada em 1986, foi um dos primeiros momentos em que o Estado ouviu diferentes lideranças indígenas para discutir propostas relacionadas à formulação de diretrizes voltadas à saúde desses povos, assumindo como legítimas suas necessidades e especificidades e tendo como foco a atenção primária à saúde (APS). Somente em 1999, através da lei 9 836, foi instituído o SASI, passando a gestão da saúde indígena para a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA).

O SASI tinha como missão instituir, no âmbito territorial indígena, a APS e a continuidade da assistência nos diferentes níveis de atenção, atendendo às especificidades de cada povo (o que incluía desde questões de cunho sociocultural até aspectos logísticos e epidemiológicos), respeitando seus saberes tradicionais e garantindo a participação e o controle social no processo de gestão. Também as equipes de saúde incorporaram trabalhadores indígenas, que ocuparam as novas funções de agentes indígenas de saúde e agentes indígenas de saneamento.

A participação social se dá através dos conselhos locais – geralmente situados em uma aldeia ou grupo de aldeias em determinada terra indígena – e distritais de saúde indígena, que apoiam a regulamentação da gestão dos distritos e levam as discussões locais para as conferências distritais. A escolha dos conselheiros é feita pelas comunidades indígenas. A partir daí, as discussões se ampliam nas Conferências Nacionais de Saúde Indígena ([8]).

Na Terra Indígena Rio das Cobras, o posto de saúde surgiu no mesmo período da primeira escola, por volta de 1930/1935, teve a primeira enfermaria e quem cuidava era a equipe militar que atendiam aqui na época. Não havia muita procura, pois a maioria dos indígenas buscavam a cura em remédios naturais e nos curadores da própria comunidade.

Atualmente há um posto de saúde em cada aldeia, os profissionais atendem uma vez por semana nas aldeias, quando se tem um caso grave, são encaminhados para a Sede, onde fica localizado um posto de saúde com atendimento diário. Os postos contam com agentes de saúde que vão até as residências, auxiliar de enfermagem, enfermeiras, médicos, dentistas, motoristas, entre outros, tendo alguns funcionários brancos e alguns indígenas já formados. O órgão mantenedor dos postos de saúde é o Estado.

No posto de saúde da Sede tem 1 enfermeiro indígena e outro não indígena que vem todos os dias. Também tem 8 técnicos de enfermagem que são indígenas e 5 não indígenas, 9 agentes de saúde indígenas, 2 na aldeia Trevo, 1 na aldeia Vila Nova, 3 na

aldeia Sede, uma na aldeia Encruzilhada, 1 na aldeia Campo do dia, 1 no Taquara e uma na aldeia Lebre.

O médico pediatra vem duas vezes por semana, um dentista que atende todos os dias. O clínico geral vem 3 vezes por semana. A saúde tem 5 veículos disponibilizados pela SESSAI que atende todas as aldeias. Caso precise de hospital os indígenas são levados ao pronto socorro de Nova Laranjeiras e casos mais graves em Laranjeiras do Sul.

A Terra indígena também dispõe de um odontomóvel que circula pelas aldeias. Há na comunidade uma auxiliar de dentista que é indígena.

4.5 Casamentos, Criação de Filhos e a gravidez na adolescência

A gravidez na adolescência não é um problema social por si, mas decorre da condição do matrimônio que ocorre a partir da adolescência, com pouca idade. Quando os filhos nascem muitas delas se dedicam mais ao artesanato para sustentar os filhos como a venda de artesanatos fora das aldeias nas cidades grandes.

A venda de artesanato ajuda as meninas a sustentar os filhos com alimentação, roupas, fraldas etc. Muitas vezes a bolsa família que essas mães recebem do governo federal não é o suficiente para sustentar a família que esses jovens formam cedo. Então a melhor opção para gerar renda dentro de casa é a venda de artesanato.

Entretanto, a partir dessa condição decorrem outros problemas, que afetam a vida das adolescentes. A desistência dos estudos devido à maternidade, é comum. As dificuldades em relação à renda e sustento dos bebês também ocorrem, e em alguns casos acabam por ficar à cargo dos avós.

Figura 48. Crianças Kaingang na aldeia Sede.

Fonte: BANDEIRA, T.J. Rio das Cobras: Imagens do Povo Kaingang, Revista travessias

A escola, junto da equipe de saúde, promove palestras para tratar da questão junto aos estudantes e comunidade.

A escola realiza o seu papel conversando com as mães jovens para continuarem estudando, mas na maioria das vezes não obtêm o resultado esperado. Por causa dessa situação que se tornou um problema social dentro da comunidade indígena influenciou muito na área da educação com a desistência dos jovens do sexo masculino e feminino que se tornam pais muito cedo.

PARTE 5. RELAÇÕES COM A EDUCAÇÃO TRADICIONAL E ESCOLAR

5.1 Educação Escolar Indígena

Na terra indígena Rio das Cobras existem seis escolas, todas elas são mantidas e organizadas pela Secretaria de Estado da Educação e do Esporte (SEED-PR), estão diretamente vinculadas ao Núcleo Regional de Laranjeiras do Sul. As seis escolas tinha em 2021 um total de 1.112 alunos matriculados.

Segundo relato do senhor Alcides, um dos moradores mais antigos da Terra Indígena Rio das Cobras, a primeira escola foi fundada pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI), quando era cacique o senhor João Pereira, A escola se chamava Escola Pereira - Egtãnh, tinha dois professores indígenas e um não indígena. A segunda escola se localiza no local conhecido como farinheira, o professor era Tadeu Trassinski que vinha da comunidade Buriti, localizada próxima a Terra Indígena Rio das Cobras.

No ano de 1978 foi construído o primeiro prédio de alvenaria para escola da aldeia, ele foi feito com o apoio da Legião Brasileira de Assistência (LBA), mediada pela interferência da assistência social e do agrônomo Edívio Battistelli. Nesta época a administração da FUNAI era em Curitiba e no mesmo ano denominaram-na de Escola Rural Coronel Nestor da Silva. Com o passar dos anos, a escola foi ficando pequena para a população que aumentou e houve a necessidade de se construir um novo prédio para que atendesse a demanda. Em 1994 por meio de um convênio entre a Prefeitura Municipal de Nova Laranjeiras e a FUNAI ocorreu a construção de uma estrutura maior.

Na década de 1980 um projeto realizado por alemães ligado a uma rede de evangelização, a organização não governamental Cristianismo Decidido teve como intuito de catequizar os indígenas (Kaingang e Guarani), os quais ainda vivem nessa comunidade fundaram a escola dentro da comunidade Aldeia Trevo, utilizando prédio próprio e instruindo a comunidade indígena.

Em 1996, foi proposto a municipalização de todas as escolas indígenas da Terra Indígena Rio das Cobras, assim o município de Nova Laranjeiras passou a manter as escolas e a escola da Missão do Cristianismo Decidido passou a ser denominada Escola Rural Municipal Indígena Marechal Cândido Rondon.

Em 2008 as escolas indígenas foram estadualizadas de acordo com o Decreto Presidencial nº 26, de 1991, do MEC, quando integrou a educação escolar indígena aos sistemas de ensino regular, coordenando todas as escolas, em todos os níveis e modalidades de ensino. Este Decreto atribui a execução dessas ações às secretarias

estaduais e municipais de educação, em consonância com as diretrizes traçadas pelo MEC, na Resolução CEB nº 03/99, de 10 de novembro de 1999. Essa resolução foi fundamental pois estabelece, reconhece e fixa as diretrizes curriculares do ensino intercultural e bilíngue, visando à valorização dos povos indígenas e à afirmação e manutenção de sua diversidade étnica.

No Paraná a Resolução Nº 2075/2008 da SEED organiza o funcionamento das Escolas Indígenas no Sistema de Ensino do Estado do Paraná em todas as modalidades, considerando o já disposto na Constituição Federal, os artigos nº 78 e 79 da LDB 9394/96, o Parecer CNE/CEB nº 14/1999, Resolução CNE/CEB nº 03/1999 e Deliberação do CEE nº 009/2002. Assim autoriza e reconhece todos os estabelecimentos de ensino que funcionam em terras habitadas por comunidades indígenas reconhecidas como Escolas da Rede Estadual Indígena e identificados como Escola Estadual Indígena – EEI, independentemente do nível e modalidade de ensino oferecido.

Desde 2008 as escolas estão sob a jurisprudência da SEED/PR, respeitando as especificidades da língua e da cultura de cada aldeia. A escolha dos profissionais passa por processo seletivo organizado no núcleo regional e depois pelo crivo do cacique que emite carta de autorização para o trabalhador. Estão em funcionamento hoje na Terra Indígena seis escolas, com os profissionais descritos no quadro abaixo:

Quadro 2. Escolas, aldeias e profissionais indígenas e não indígenas, 2021.

Escolas	Aldeia	Profissionais	Indígenas	Não Indígenas
Colégio Estadual Indígena Candoca Tãnhprág Fernandes	Trevo	Professores	14	10
		Agente I	3	
		Agente II	7	
Colégio Estadual Indígena Rio das Cobras	Sede	Professores	7	19
		Agente I	3	
		Agente II	7	
Escola Estadual Coronel Nestor	Sede	Professores	17	13
		Agente I	6	
		Agente II	2	
Colégio Estadual Indígena Fẽg Prág Fernandes	Campo do Dia	Professores	10	15
		Agente I	6	
		Agente II	2	
Escola Estadual Indígena José Nér Nor Bonifácio	Taquara	Professores	7	6
		Agente I	2	
		Agente II	1	

Colégio Estadual Indígena Carlos Alberto Cabreira Machado	Lebre	Professores	11	13
		Agente I	5	
		Agente II	2	
Colégio Estadual Indígena Valdomiro Tupã Pires de Lima	Pinhal	Professores	21	
		Agente I	5	
		Agente II	2	

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados das escolas.

A partir de 2008 foram criadas várias escolas que atendem desde a educação infantil até a Educação de Jovens e Adultos. As escolas são um importante meio de socialização das comunidades e cumprem um papel importante na relação com os valores da sociedade não indígena, inclusive com a língua, com a economia e com a cultura de outros povos.

Ela também é fonte de trabalho e renda para muitas famílias, as pessoas que conseguem um trabalho na escola, conseguem ter renda extra para alimentar os demais membros da casa. Muitos são os trabalhadores que vêm de fora da Terra Indígena trabalhar na escola e essa troca exige formação continuada para inserção da dimensão cultural.

Na terra indígena há uma pessoa que compõe a associação que é responsável pelo acompanhamento das escolas, ela participa das reuniões, faz a articulação política com as lideranças, os diretores e o NRE.

Fruto dessa articulação e da necessidade de formação de educadores indígenas, hoje funciona comunidade Sede duas turmas do Curso de Pedagogia, ofertado pela Universidade Estadual do Centro Oeste - Unicentro. Além dos estudantes de Rio das Cobras, o curso recebe outros que vêm de todas as terras indígenas paranaense.

Figura 49. Registro da abertura do Programa Escola da Terra em Rio das Cobras, Nova Laranjeiras, 2018.

Fonte: Acervo do Programa Escola da Terra.

No ano de 2018 o programa de formação continuada de educadores Escola da Terra atendeu a mais de 100 educadores das 7 escolas indígenas, buscando aprofundar elementos da organização pedagógica e da articulação cultural através do estudo da realidade, tendo como instrumentos o inventário da realidade, a cartografia social, dentre outros.

5.2 Abandono Escolar

O abandono escolar tem sido uma das problemáticas apontadas pela comunidade escolar dentro das escolas indígenas, e, essa desistência ocorre por muitos fatores como: a gravidez, falta de incentivo dos responsáveis, fracasso escolar. Há ainda a falta de perspectiva em relação às possibilidades de trabalho a partir da conclusão da educação básica, e mesmo a falta de sentido na forma e conteúdos abordados pela escola, para o cotidiano indígena. Consultados dados oficiais disponibilizados no sítio eletrônico da Secretaria de Estado do Paraná (SEED), esses não apresentam índices de abandono/evasão referente ao ano de 2020, porém essa é uma das questões pontuadas na comunidade.

5.3 A relação entre a escola e a preservação das Línguas maternas

A Constituição de 1988, no artigo 210, §2º diz que o Ensino Fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem. A partir do parágrafo citado é possível verificar que tanto a língua portuguesa quanto a língua materna estão colocadas num patamar de igualdade na escola indígena. Utilizar seus

processos próprios de aprendizagem também é uma outra conquista dos povos indígenas no que diz respeito à escola específica.

A Portaria Interministerial MJ e MEC Nº. 559 de 16 de abril de 1991 fala sobre a Educação Escolar para as Populações Indígenas, considerando que a educação para as populações indígenas têm servido como instrumento de aculturação e destruição das respectivas étnicas, reivindicando todos os grupos indígenas hoje, uma escolarização formal com características próprias e diferenciadas, respeitada e reforçadas suas especificidades culturais.

Desde 1991, o Paraná vem discutindo as propostas da Educação Escolar Indígena partindo dos princípios legitimados pela Constituição vigente. A definição inicial do Núcleo de Educação Indígena – Paraná (NPI) contido na Resolução 1.119/92 prevê a escola como um espaço de trabalho e reflexão de pessoas e entidades que respeitando e considerando processos culturais próprios das populações indígenas, elaborar diretrizes que garantam uma educação diferenciadas nas áreas indígena e fora delas propiciando condições físicas e pedagógicas.

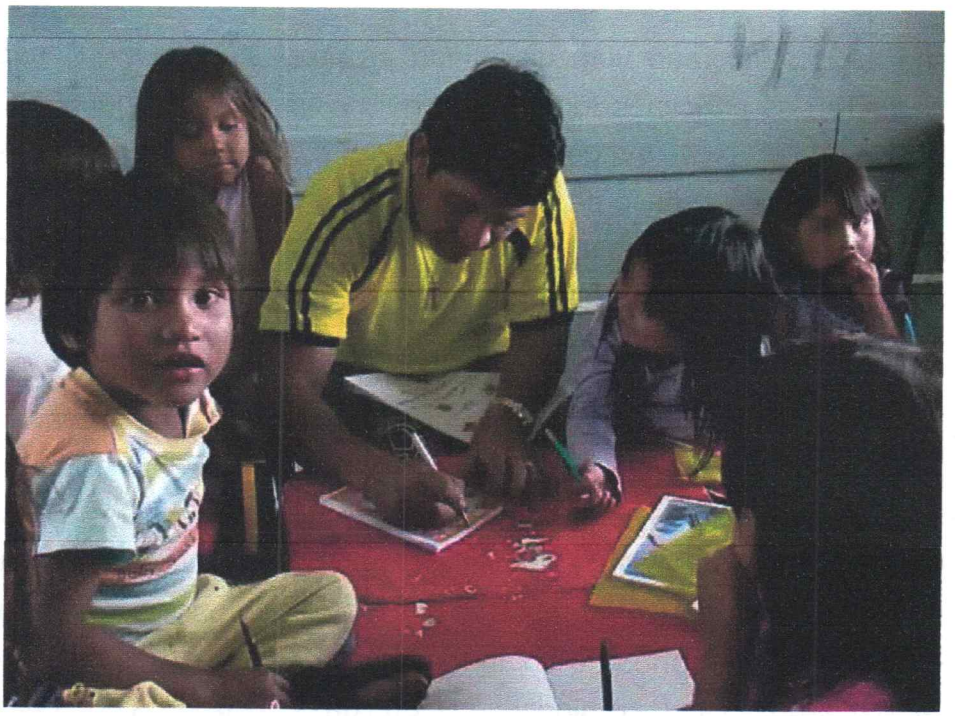
Outro documento importante para a regulamentação da Educação Escolar Indígena é a Resolução CNE/CEB Nº. 003 de 10 de novembro de 1999 que fixa as Diretrizes Nacionais para o funcionamento das escolas indígenas. Neste documento é estabelecido, no âmbito da educação básica, a estrutura e o funcionamento das Escolas Indígenas, reconhecendo-lhes a condição de escolas com normas e ordenamento jurídico próprios, e fixando as diretrizes curriculares do ensino intercultural e bilíngue, visando à valorização plena das culturas dos povos indígenas e à afirmação e manutenção de sua diversidade étnica.

A Resolução, em seu artigo 2º define os elementos básicos para a organização, a estrutura e o funcionamento da escola indígena: sua localização em terras habitadas por comunidades indígenas, exclusividade de atendimento a comunidades indígenas; o ensino ministrado nas línguas maternas das comunidades atendidas, como uma das formas de preservação da realidade sociolingüística de cada povo; a organização escolar própria. A escola indígena será criada em atendimento à reivindicação ou por iniciativa de comunidade interessada ou com a anuência da mesma, respeitadas suas formas de representação.

Dada a garantia legal e a inserção nas matrizes curriculares das línguas maternas fica a necessidade de articulação entre essa disciplina e as demais disciplinas do currículo, entre os professores da língua e os demais professores da escola.

A presença do ensino da língua materna nas escolas indígenas inaugurou uma nova possibilidade de garantir a presença da dimensão cultural dentro das escolas, a língua constitui em muitos casos uma barreira entre os professores e os estudantes, nas aldeias mais isoladas onde o português era pouco falado. A presença do docente indígena na escola, cria outra relação com os estudantes, que vai desde a segurança para melhor estudar até a melhor compreensão dos conhecimentos ensinados em sua língua.

Figura 50. Professor e educandos na escola da aldeia Sede.



Fonte: BANDEIRA, T.J. Rio das Cobras: Imagens do Povo Kaingang, Revista travessias

Referências

BANDEIRA, T. J. RIO DAS COBRAS: IMAGENS DO POVO KAINGANG. **Travessias**, Cascavel, v. 7, n. 1, 2013. Disponível em: https://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/8128. Acesso em: 21 abr. 2023.

BURATTO, Lúcia Gouvêa. Prevenção de deficiência: programa de formação para professores Kaingang na terra indígena Ivaí-Paraná - Tese de Doutoramento, UFSCar - 2010. 198 f.

CORNELIO, I. et al. Estudo dos resíduos sólidos domésticos da terra indígena Rio das Cobras no município de Nova Laranjeiras, PR. **INTERAÇÕES**, Campo Grande, MS, v. 20, n. 2, p. 575-584, abr./jun. 2019.

GONSALES, P.L.B. et al. Vazamento dos constituintes da gasolina em corpos hídricos, um risco para saúde das comunidades indígenas, 15 Congresso Nacional de meio ambiente, Poços de Caldas, setembro de 2018.

Referências

BANDEIRA, T. J. RIO DAS COBRAS: IMAGENS DO POVO KAINGANG. **Travessias**, Cascavel, v. 7, n. 1, 2013. Disponível em: https://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/8128. Acesso em: 21 abr. 2023.

BURATTO, Lúcia Gouvêa. Prevenção de deficiência: programa de formação para professores Kaingang na terra indígena Ivaí-Paraná - Tese de Doutoramento, UFSCar - 2010. 198 f.

CORNELIO, I. et al. Estudo dos resíduos sólidos domésticos da terra indígena Rio das Cobras no município de Nova Laranjeiras, PR. **INTERAÇÕES**, Campo Grande, MS, v. 20, n. 2, p. 575-584, abr./jun. 2019.

GONSALES, P.L.B. et al. Vazamento dos constituintes da gasolina em corpos hídricos, um risco para saúde das comunidades indígenas, 15 Congresso Nacional de meio ambiente, Poços de Caldas, setembro de 2018.

BRASIL. Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação. RESOLUÇÃO CEB Nº 3, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1999. Diretrizes Nacionais para o funcionamento das escolas indígenas e dá outras providências. Disponível em http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rceb03_99.pdf. Acesso em 18 de março de 2018.

FREITAS, Elizandra Fygsãnh. Lei e Política na Terra Indígena Rio das Cobras: a influência do Estado Brasileiro sobre a Tradição Kaingang. 2017. Monografia (Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo – Ciências Sociais e Humanas) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Laranjeiras do Sul, 2017.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E EDUCAÇÃO. Portaria Interministerial n.º 559, de 16.04.91. de 22/06/2004. Disponível em: https://cimi.org.br/2004/06/21816/. Acesso em dezembro de 2018.

NOVAK. Éder da Silva. Os Kaingang e a Reestruturação do Território Indígena Apucarana (PR) no Século XX. Revista Territórios & Fronteiras, Cuiabá, vol. 11, n. 1, jan-jul., 2018

PPP. Projeto Político Pedagógico Escola Estadual Indígena Coronel Nestor da Silva. Nova Laranjeiras/PR, 2011.

PARANÁ. Educação Escolar Indígena. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/cadernos_tematicos/educacao_escolar_indigena.pdf. Acesso em 24 de abril de 2020.

Programa
Escola da Terra
Paraná

GECCA

Laboratório de Educação do Campo e Indígena

UNICENTRO
PARANÁ

UNIVERSIDADE
FEDERAL DA
FRONTEIRA SUL
CAMPUS
LARANJEIRAS DO SUL

PARANÁ
GOVERNO
DO ESTADO

MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO
BRASIL
GOVERNO FEDERAL

apprehendere
editora